

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS**
3 **HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2015. Presidência:**

4 Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos dezenove dias do mês de
5 março do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada
6 reunião, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS:** Adrián Pablo Fanjul, Adriane da

7 Silva Duarte, Álvaro de Vita, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Ana Paula T. Magalhães
8 Tacconi, Antônio Carlos Colângelo, Arlete Orlando Cavaliere Ruensch, Brasília João Sallum
9 Junior, Bruno Gastón Vera Piedrabueno, Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zenon, Cícero

10 Romão Resende de Araújo, Daniel Puglia, Elias Thomé Saliba, Elisabetta A. Rita Maria
11 Carmela Santoro, Elizabeth Harkot de La Taille, Esmeralda Vailati Negrão, Fabio Rigatto de
12 Souza Andrade, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Giovanna Mara Mendonça Usai,

13 Giuliana Ragusa de Faria, Gloria da Anunciação Alves, Guilherme Akira Nishio, Helder
14 Garmer, Iris Kantor, Jacqueline Moraes Teixeira, Jéssica Policastri, João Carlos Borgui
15 Nascimento Bruder, João Roberto Gomes de Faria, Luan Diego Silva Fernandes, Lúcia

16 Wataghin, Luciana Raccanello Storto, Madalena Natsuko Hashimoto Cordaro, Marcos
17 Francisco N. de Eugênio, Margarida Maria Taddoni Petter, Maria Célia Pereira Lima
18 Hernandes, Maria Cristina F. S. Altman, Marina de Mello e Souza, Marli Quadros Leite, Mary

19 Anne Junqueira, Matheus Barbosa Rodrigues, Olga Ferreira Coelho Sansone, Osvaldo Luis
20 Angel Coggiolla, Paola Giustina Baccin, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, Paulo Roberto Arruda
21 de Menezes, Reginaldo Gomes de Araújo, Regis de Melo Alves, Roberto Bolzani Filho,

22 Rosângela Sarteschi, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Margarida Nitri, Sergio
23 França Adorno de Abreu, Valéria de Marco, Zilda Marcia Gricoli Iokói, Yuri Tavares Rocha,
24 Wagner Costa Ribeiro. Como assessores atuaram: Augusto Santiago (STI), Eliana Bento da

25 Silva Amatuzzi Barros (SCS), Leonice Maria Silva de Farias (ATF), Maria Aparecida Laet
26 (SBD), Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Vania Santos de Melo (ATAD). **I - EXPEDIENTE**
27 1. Justificaram a ausência os seguintes membros: João Azenha Junior, Sylvia Bassetto (reunião

28 do CoG), Hélio de Seixas Guimarães, Valéria de Marcos (DG), Laura Zuntini de Izarra. 2.
29 Comunico a eleição de novos representantes discentes do curso de Filosofia nesta Congregação,
30 em substituição ao Inauê Taiguara Monteiro de Almeida que concluiu o curso. A Assistência

31 Acadêmica está aguardando esclarecimentos com relação ao representante discente REGIS DE
32 MELO ALVES, suplente do INAUE, sobre a confirmação de sua renúncia, pois o ofício do
33 CAF informa que o mesmo também já concluiu o curso e no Sistema Júpiter consta como

34 matriculado. Esclarecida a questão, os novos representantes eleitos são MATHEUS BARBOSA
35 RODRIGUES e MATHEUS ICHIMARU BEDENDO. 3. Comunico a indicação dos Profs. Drs.

36 JOHN COWART DAWSEY e MARTA ROSA AMOROSO, em recondução, como
37 representantes titular e suplente do Departamento de Antropologia junto à Comissão de
38 Pesquisa. 4. Comunico a indicação dos Profs. Drs. EDU TERUKI OTSUKA, em recondução, e
39 ANDERSON GONÇALVES DA SILVA, como representantes titular e suplente do
40 Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada junto à Comissão de Pesquisa. 5.
41 Comunico a indicação dos Profs. Drs. JOHN COWART DAWSEY, LORENZO MAMMI e
42 MOACYR AYRES NOVAES FILHO para integrarem o Conselho Deliberativo do Centro
43 Universitário Maria Antonia (CEUMA). 6. Comunico a designação do Prof. Drs. CARLOS DE
44 ALMEIDA PRADO BACELLAR como Presidente do Conselho Supervisor do SIBi. 7.
45 Comunico o recebimento da versão final do Plano de Metas da USP 2015. 8. Comunico a
46 eleição dos Profs. Drs. RUY GOMES BRAGA NETO e MARIA ELISA CEVASCO como
47 Diretores do CENEDIC – Centro de Estudos de Direitos da Cidadania. 9. Comunico informação
48 da FAPESP sobre o valor da Parcela para Custos de Infraestrutura Institucional para Pesquisa,
49 exercício 2015, que é de R\$ 104.695,00. Esclareço que na Congregação de Abril colocaremos
50 em pauta, o Plano Anual de Aplicação de 2014 e 2015. No item 1.1 do Aditamento
51 apreciaremos a recomposição da comissão tripartite responsável pelo plano anual de aplicação
52 dos recursos. 10. Comunico recebimento de Circular da Comissão de Atividades Acadêmicas
53 com as Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular. Conforme
54 estabelecido no item 3 das Diretrizes: “As Congregações das Unidades de Ensino deverão
55 aprovar critérios objetivos e de mérito para a distribuição de cargos de Professor Titular entre
56 seus Departamentos e submetê-los à CAA para aprovação. As solicitações somente serão
57 analisadas após a aprovação desses critérios pela CAA.” A CAA estabeleceu a data de
58 04.05.2015 para o envio dos critérios e a data de 15.06.2015 para a análise das solicitações de
59 permanência de cargos de Professor Titular. Estas diretrizes foram aprovadas na última reunião
60 do CO. Pedi que elas fossem encaminhadas para todos os docentes para a discussão destes
61 critérios, pois precisamos submeter estes critérios na próxima reunião da Congregação, em
62 abril. Este assunto é muito importante. A Congregação já havia estabelecido critérios. Podemos
63 distribuir estes critérios vigentes na Congregação para confrontá-las com as novas diretrizes,
64 aperfeiçoando os critérios hoje existentes. Tenho mais dois comunicados. Eu recebi na data de
65 17 de março, isso será distribuído a todos os membros, indicadores de desempenho da USP de
66 1987 até 2013. Quem sabe podemos discutir e avaliar estes indicadores. Há uma breve análise,
67 com tabelas e gráficos mostrando o desempenho. O desempenho diz respeito não só ao
68 orçamento, mas à graduação, vagas, cursos de mestrado e doutorado. A base de dados que
69 fundamentou este relatório ela foi retirada dos anuários da USP, são dados já divulgados. A
70 outro informação é atualizar as informações da biblioteca. Recebemos a visita da COVISA, ela

71 fez uma série de exigências e interditou o segundo andar da biblioteca. Fizemos uma planilha
72 escrevendo todas as demandas dela. O que poderia ser feito de imediato já foi feito, com a
73 abertura das janelas pelo zelados, retirada de porta, abertura de janelas comuns e de atendimento
74 de paredes opostas, vedação dos pontos citados. Muitas das exigências foram atendidas.
75 Retiramos os livros da coleção Cruz Costa, eles foram encaminhados à empresa que fará a
76 higienização completa. Outra questão é que estamos trabalhando com a medição da qualidade
77 do ar e da medição do pó. Para isso estamos contratando uma empresa. Como não conseguimos
78 três orçamentos, só conseguimos um, e como o trabalho envolve três meses de execução,
79 encaminhamos para a Procuradoria Geral da Procuradoria Jurídica as instruções de elaboração
80 de um contrato. A qualidade do ar é uma exigência da COVISA e o que nos causa preocupação
81 é que enquanto não houver o laudo eles não liberarão o segundo andar. Caso este processo
82 demore no mínimo três meses, e deve demorar, pois alguns equipamentos para detecção de
83 DDT são importados, corremos o risco de permanecermos três meses com o segundo andar
84 interditado. Mandamos, segundo a orientação da prefeitura, demanda à COVISA assumindo
85 certos compromissos, mas pedindo que eles liberem o segundo andar porque precisamos liberar
86 o material para consulta.” Com a palavra, a funcionária Maria Aparecida Laet disse: “Os livros
87 ainda estão na biblioteca, eles saíram da área onde estavam, foram para a zeladoria e estão
88 sendo enviados para a limpeza. Sobre a COVISA, o que eles pediram e que dependiam de nós,
89 foi feito ou está sendo ajustado. Como é prestação de serviço de terceiros não é possível fazer
90 tudo de imediato, mas já fizemos um cronograma e enviamos. Tem a questão do laudo. A
91 CAVISA exige a análise do ar para o laudo. Como não se fabrica DDT há algumas décadas, não
92 se fabrica o filtro, pois não é análise de ar, é para verificar se há DDT no ar. Este filtro não é
93 fabricado no Brasil e é isso que atrasa a liberação. O pessoal da PCO está nos ajudando neste
94 entendimento, pois é uma conversa técnica e nem sempre está no nosso alcance entender a
95 demanda. Algumas pessoas da Prefeitura estão buscando solução técnica para esta questão,
96 discutindo o laudo, o que pode ser feito para se conseguir a verificação da qualidade de ar e
97 dos resíduos.” Com a palavra, o Presidente disse: “Pela orientação do PCO, encaminhamos
98 demanda ao Instituto de Química quanto ao descarte de material que eventualmente esteja
99 contaminado. Não é só jogar fora, há uma maneira de fazer o descarte. Solicitamos ao Instituto
100 de Química procedimentos e orientações para isso. Uma das dificuldades que estamos
101 encontrando aqui é a grande quantidade de lixo no prédio, acúmulo de material, embalagens que
102 ficam em algum canto, o que não é adequado para a circulação e para a saúde das pessoas.
103 Estamos verificando isso e em todos os prédios há espaços não autorizados de descarte de
104 material. Gostaria de chamar a atenção das Comissões de Qualidade de vida para que se
105 entendam com a área de serviços gerais para evitar que estas coisas aconteçam. A professora

106 Valéria de Marcos, incumbida pela Congregação de acompanhar as providências que estão
107 sendo tomadas, justificou sua ausência hoje devido a problemas de saúde, o que também a
108 impossibilitou de se reunir com a Comissão de acompanhamento da biblioteca e concluir o
109 relato. Outra informação importante veio de última hora. Recebemos pedido do Gaeco para
110 proceder com a discussão sobre o terceiro bloco de temas da reforma dos estatutos. Isso
111 infelizmente está atropelado no cronograma do CO, este que deve reunir no dia 07 de abril para
112 discutir e fazer o relato destes temas. Isso significa que temos que encaminhar o documento
113 sumário com os temas que achamos pertinentes até 30 de março para a Secretaria Geral.
114 Encaminhei o pedido às chefias dos Departamentos para que discutam e façam reuniões. Tomei
115 a liberdade de convocar uma reunião extraordinária para o dia 26, próxima quinta feira, para
116 definirmos uma posição desta Unidade para este tema.” Com a palavra, o Prof. Adrián Pablo
117 Fanjul disse: “Pelo que eu vi, no dia 7 de abril, a reunião extraordinária, não deliberativa, como
118 todas que aconteceram sobre este assunto. Vai considerar propostas vindas das Unidades e de
119 diferentes setores, e o mecanismo será o de conhecer e expor as diferentes propostas. Na
120 reunião do dia 14 de abril o CO vai deliberar sobre o ponto que é mais crucial e que dependem
121 todos os outros, que é quem é que vai decidir as mudanças. Todas as mudanças discutidas ao
122 longo do ano passado e no começo desse, quem vai ser a instituição orgânica que vai deliberar
123 em torno disso? Isso vai ser dia 14 de abril segundo o calendário da Reitoria. O mais crucial
124 para a Faculdade ter uma posição é isso. Vai ser o CO atual, vai ser o colégio eleitoral, este que
125 elege o Reitor, vai ser colegiados específico? Neste sentido, penso que seria interessante que
126 houvesse uma Congregação extraordinária no dia 9 de abril, depois da reunião do CO do dia 07,
127 com o assunto de quais são os órgão que vão deliberar. Para encaminhar ao CAECO, pode ser
128 suficiente as conversações e reuniões dos prédios, mas me parece crucial uma reunião
129 especialmente para aquilo que vaio ser objeto de votação, qual vais ser o colegiado que vai
130 decidir? Disso depende todo o resto. Caso a reforma seja feita pelo CO, vai ser um estatuto, se
131 for feita por outro colegiado, ele vai ser outro. Penso que seria interessante, além da
132 Congregação extraordinária do dia 09, uma consulta eletrônica feita com os mesmos
133 mecanismos feitos para a consulta da eleição da Direção. Assim saberemos o que as pessoas da
134 comunidade querem. Tendo estes instrumentos, é bom utiliza-los.” Com a palavra, o Prof.
135 Brasílio João Sallum Junior disse: “Sobre este assunto, tenha a impressão, e não é que eu
136 discorde do Adrian, ele tem razão sobre a discussão de qual órgão vai discutir o estatuto, mas
137 acho que estamos correndo enlouquecidamente com esta proposta. Vamos fazer o que até o
138 final de março, vamos fingir que estamos discutindo? O estatuto é algo muito grande, e o
139 regimento é pior ainda. acho que na USP o regimento é pior. Caso levemos a coisa a sério,
140 temos que ter maior tempo para discussão. Acho que esta Congregação deveria criar uma

141 Comissão específica para pensar e sugerir para ela mesma as mudanças de regimento e estatuto.
142 Esta Comissão pode até apresentar para assembleias, mas acho inútil fazermos várias
143 assembleias por prédio para discutir genericamente estatuto e regimento. Isso não é genérico, é
144 de linha por linha. Vamos apresentar linhas gerais, e isso é fingir fazer um novo estatuto. Temos
145 que abrir espaço e tempo para discutir a sério. Para isso, a Congregação deve ter Comissão
146 específica para fazer proposta justificadas para esta Congregação. assim podemos discutir a
147 sério.” Com a palavra, o Presidente disse: “A princípio, nós do CAECA achávamos que
148 deveríamos ter mais tempo, mas há uma decisão do CO que fixou esta data. A posição da
149 Presidência do CO é manter a data fixada. Outra informação é que teremos duas etapas
150 diferentes. A CAECO foi incumbida pelo CO de ser uma espécie de ouvidoria de propostas, e
151 organizar esta ouvidoria num documento que depois será submetido ao CO para dizer se aquela
152 organização é adequada ou não. A parte da discussão substantiva do conteúdo das propostas,
153 será num segundo momento. Eu havia entendido que o CAECO iria fazer esta segunda parte,
154 mas eu fui convencido que a nossa missão lá termina em 07 de abril: entregamos aquilo que
155 havíamos prometido, ou seja, ouvir e organizar. A questão toda que o Adrian falou é correta, no
156 dia 07 vai se decidir qual é o órgão que vai proceder a organização na relatoria da reforma do
157 estatuto. É isso que está em discussão. É uma decisão muito importante. O que decidirmos aqui
158 é uma posição desta Unidade, esta que vai ser confrontada com a posição de outras Unidades. O
159 que for decidido pelo CO é o que vai decidir o destino da segunda etapa. Estou de acordo que
160 isso está sendo atropela do pelo tempo, acredito não termos informação substantiva e discussão
161 substantiva. As pessoas estão chamando sobre os temas e as questão que estão sendo
162 observadas, mas ninguém tem o formato. O que eu entendi da proposta vinda da Reitoria é que
163 a reforma terminará este ano.” Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel Coggiolla disse:
164 “Quero dizer que as propostas apresentadas pelo Adrian e pelo Brasília não são incompatíveis,
165 elas são complementares e eu apoio ambas. Quero sublinhar um aspecto. De fato, o que se
166 propõe que nós contribuamos não é sobre o conjunto do estatuto, mas sobre alguns itens do
167 estatuto, os três últimos itens. Ainda assim, a data, recebi esta comunicação ontem, os Chefes de
168 Departamento acabaram de fazer uma plenária sobre as novas formas de ingresso, agora
169 teremos que combinar outra plenária extraordinária para discutir o estatuto. Não vamos ter
170 perna para isso, menos ainda sobre este assunto, pois falando francamente a maioria das pessoas
171 não sabem. E não é por ignorância, mas porque perdeu a memória da discussão sobre o estatuto.
172 Houve movimentação antes da greve por uma estatuante, vinda do DCE, Sintusp, e isso talvez
173 tenha se perdido. A Adusp acaba de produzir um caderno, acho que foi enviado para todos os
174 filiados, com uma sistematização das propostas relativas ao estatuto. Acho que as pessoas não
175 tiveram tempo, até o momento, para lerem o caderno, menos ainda o estatuto da USP, ele que é

176 bastante grosso. Estamos dentro de uma situação em que as 50 e tantas Unidades da USP vão ter
177 que se movimentar e fazer alguma coisa. O que eu penso é que o mais importante é quem vai
178 votar na questão do estatuto. O CO tem 112 membros, a Adusp levanta objeção quanto a sua
179 atual composição, não pelo método da composição, mas sim pelo conflito de interesses que
180 existem entre muitos destes membros e a sua participação à gestão de entidades privadas. O
181 Adrian sugeriu que os nossos representantes no dia 14, momento que irá se votar quem vai
182 baixar o martelo sobre a questão do estatuto, pelo menos que se anote o critério de que seja
183 composta pelo CO e por todas as Congregação. Ao invés de pedir o adiamento, algo que acho
184 difícil que consigamos, pois nosso voto é minoritário. Pelo menos se for o Colégio Eleitoral,
185 composto pelo CO e pelas Congregações, com mais ou menos 2 mil membros, isso vai nos dar a
186 possibilidade de discutir com voto real as mudanças estatutárias que devem ser realizadas. Acho
187 perfeito que isso seja encaminhado por uma Comissão desta Congregação, com informe
188 específico, o que nos permitirá fazer uma discussão mais centrada.” Com a palavra, a Profa.
189 Zilda Marcia Gricoli Iokói disse: “Quero apoiar a proposta do Adrian, e acho que a proposta do
190 Brasília também é bastante séria e interessante. Proponho da seguinte maneira: que de fato
191 defendamos a proposta de que vote o estatuto a Assembleia Universitária, mas que façamos
192 esforço para abriremos discussão sobre os itens mais fundamentais do estatuto, para que
193 possamos ter um certo consenso e para que, neste meio tempo, possamos reunir colegas de
194 outras Unidades para discutir conosco a discussão de certos temas, para termos o mínimo de
195 influência neste processo. Gestão universitária, procedimentos de escolha, ampliação dos
196 direitos sociais são coisas que não só nós defendemos, a FE defende, a FAU também. Sempre
197 ficamos com a nossa posição fragilizada porque não temos associação com outros da
198 Universidade. Está na hora de tomarmos a liderança de chamarmos um conjunto de colegas para
199 levarmos uma proposta combinada, pois os outros estão fazendo isso. A Faculdade de Medicina
200 faz isso, a Faculdade de Direito está consociada com Ribeirão preto, e nós ficamos aqui
201 brigando entre nós mesmos. Devemos nos organizamos para termos uma voz ampla, mas tem
202 que ter esforço para isso. Caso ganhe a proposta da Central Universitária, teremos espaço maior,
203 ai dividimos para que cada grupo possa dar conta de uma determinada coisa. Podemos fazer
204 uma reunião para a discussão do estatuto chamando outros setores da Universidade. A FFLCH
205 já fez isso várias vezes, está na hora de tentarmos nos integrar para que possamos alcançar
206 alguma posição.” Com a palavra, o Presidente disse: “Acho que as nossas propostas são mais
207 convergentes que divergentes. Temos que fazer dentro do possível uma discussão nos prédios,
208 pois por prédio é mais operacional do que por Departamento. O melhor é que se possa mandar
209 um documento sumário com as propostas que poderia ser objeto de reflexão e que nós na
210 Congregação extraordinária do dia 26 possa responder a esta demanda, quais ~soa os temas e as

211 questões que a FFLCH elege para o CO do dia 07 de abril. Como bem lembrado pelo Adrian,
212 teremos CO no dia 14 e este é deliberativo. Poderíamos deixar a perspectiva de agendar novo
213 extraordinário para o dia 9 de abril, porque neste sim teremos que discutir a questão substantiva
214 de qual vai ser a posição desta Faculdade sobre este colégio que vai promover a reforma do
215 estatuto. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokói disse: “Não poderíamos pensar isso
216 até a nossa Congregação extraordinário do dia 26, ai já faríamos a proposta que defendemos tal
217 posição. Com a palavra, o Presidente disse: “É que não sabemos o que vai acontecer no CO do
218 dia 7. Acho que temos que trabalhar em cima do que for decidido. Podemos até já ter uma
219 posição discutida no dia 26, mas teremos que verificar porque não sabemos como vai ser a
220 discussão. As discussões anteriores foram muito frustrantes, pois o CAECO apresentava os seus
221 resultados e ficava por isso. Não havia indicação clara de que o eixo seria este ou aquele, mas
222 como este assunto é a célula mater de toda a discussão, pode ser que o Conselho discuta mais do
223 que discuti das últimas vezes. Acho prudente termos uma preliminar aqui entre nós, mas
224 esperar o resultado do dia 7 e a partir disso ou mantemos a discussão, ou se vamos discutirmos
225 mais. Acho mais prudente, não seria bom fechar porque não sabemos o que vai acontecer.
226 Eventualmente pode vencer a proposta de mais prazo, não sei.” Com a palavra, a Profa. Zilda
227 Marcia Gricoli Iokói disse: “Mas se já tivermos a possibilidade de ter numa deliberação nossa
228 sobre qual é o grupo, o colégio que vai votar o estatuto, e já levar para esta do dia 7, nós
229 avançaríamos uma coisa antes da decisão antes de quem vai estar lá, se é que eles já não
230 decidiram.” Com a palavra, o Presidente disse: “Então vamos colocar nos termos que você
231 colocou, ‘se nós já tivermos’.” Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokói disse: “Se a
232 gente concluir que a gente discuti e já tem uma posição, a gente já tem algo para levar, é uma
233 estratégia política. Porque depois que eles decidirem não poderemos falar nada.” Com a palavra,
234 o Presidente disse: “Ficamos assim: no dia 26 nós discutimos, e se conseguirmos lograr,
235 alcançar uma posição, deixamos esta posição como a posição da Congregação, caso contrário,
236 ficamos com o sobreaviso da Congregação extraordinária non dia 9.” 11. O Senhor Presidente
237 passa a palavra aos seguintes membros: Com a palavra, o Representante da Congregação junto
238 ao Co, Prof. Cícero Romão Resende de Araújo, disse: “Houve uma discussão mais substantiva
239 sobre o pedido de novos cargos de professores titulares. Eu não participei das discussões
240 anterior e não lembro se discutimos isso na Congregação. a proposta era basicamente critérios
241 de produção acadêmica e equilíbrio entre as Unidades a respeito sobre a relação média do total
242 de docentes na Universidade. Foi basicamente esta a orientação. Em todos os casos houve
243 propostas no sentido de que o pedido de novos cargos devem estar vinculados ao título de livre
244 docentes em cada departamento, um número crítico, digamos assim, e também em relação com
245 a produção acadêmica tanto dos livre docentes, como dos titulares, mas não houve discussão

246 nos detalhes. Houve proposta contrária a esta ideia, mas ela acabou não sendo aprovada. O que
247 mais me chamou atenção na reunião foi o relato do Presidente da Comissão de Orçamento e
248 Patrimônio, pois havia um Presidente da Comissão que há muito ocupava este cargo e ele foi
249 substituído por um mais recente, o Diretor da FEA, Adalberto Fischmann. Foram votados novos
250 membros, não só da COP, mas de outras Comissões, Acadêmica, todas as outras Comissões
251 estatutárias do CO. a questão foi a ato do Presidente do COP, ele foi mostrar o orçamento de
252 2014 e ele mostrou que ampliou muito a déficit da Universidade em relação ao que foi previsto
253 para o orçamento para o início de 2014. O orçamento previa 575 milhões de déficit, mas ele foi
254 de 1.080 bilhões. Isso foi devido a três causas: o desempenho da arrecadação do ICMS foi
255 menor do que o previsto, 4% a menos. Em termos reais, isso provocou queda de 5% diante de
256 2013. Além disso, houve crescimento real das despesas com funcionário, com salário, e
257 continuamos com as despesas de custeio e capital. Embora as despesas de custeio e capital
258 forem maior do que o previsto, elas caíram em relação a 2013, em 20,5%. Além do problema da
259 diminuição da arrecadação, do crescimento real do custo de pessoal, e dos restos a pagar sobre
260 custeio e capital, com isso se formou este déficit com mais de 100% do previsto. Para 2015 a
261 expectativa é o seguinte, são cenário baseados, por exemplo, ao crescimento do PIB deste ano,
262 sendo que ele tem impacto menor em São Paulo, pois somos mais afetados do que o
263 crescimento nacional do PIB. A SPAM, Secretaria de Planejamento, previa crescimento do PIB
264 em julho de 2014 1,5% e inflação de 6,1%. Em novembro, esta estimativa já era de 0,8% e
265 inflação de 6,4%. Em fevereiro, a estimativa do PIB agora é negativa em -0,5%, e inflação de
266 6,7%. Situação engraçada, pois temos crescimento negativo do PIB e inflação maior do que a
267 prevista. Vamos ter uma situação de novo complicada, pois a crise financeira da USP está longe
268 de ser superada. Caso vocês me permitem uma glosa disso aqui, eu sou representante da
269 Congregação, mas acho que seria interessante eu externar a minha posição, deveremos fazer
270 uma discussão mais profunda disso ao longo do semestre. o representante não é mero
271 ventríloquo dos representados. A boa representação passa por você atritar a posição do
272 representante com os representados, e daí teremos uma representação viva e dinâmica. Acho
273 que nós estamos numa situação não só problemática com relação aos salários, mas também
274 sobre os quadros docentes, pois a renovação do quadro docente está congelado. Tão corrosivo
275 quanto o problema do salário é o problema de repormos nossos quóruns, e isso já está
276 acontecendo. A perspectiva de melhora tanto de uma quanto de outra não vão ser boas enquanto
277 não pensarmos o problema as solução geral da crise financeira da USP. Qualquer resultado
278 parcial de melhora de salário, ou qualquer outra, sem o equacionamento da crise financeira da
279 USP sempre será simplista. Ter menos reservas significa não só dificuldade maior em resolver o
280 problema do déficit, mas teremos menos recursos para aplicar este dinheiro e se transformar em

281 receita adicional. Havia receita adicional prevista para este ano de 2014 por causa do déficit 575
282 milhões. Uma vez que se tem 1.080 bilhão, a própria receita que vem da aplicação cai quando
283 não há mais todo este recurso. Qualquer decisão política mais aprofundada deve levar isso em
284 consideração. Esta é a minha posição pessoal, e foi a questão que mais me chamou a atenção,
285 pois é a situação mais grave e que pode perturbar todas as outras discussões sobre o estatuto.”
286 Com a palavra, a Representante dos servidores não docentes, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão,
287 disse: “Gostaria de colocar em nome dos funcionários, dois pontos, o primeiro é sobre a
288 biblioteca. Frente às denúncias de assédio, no acordo firmado entre a Diretoria e os
289 trabalhadores, constava por parte do Diretor que os trabalhadores da biblioteca fossem ouvidos.
290 Os trabalhadores em reunião propuseram, e a Comissão formada por esta Congregação está de
291 acordo, que a oitiva proposta pelo Diretor seja feita por esta Comissão para garantir que os
292 funcionários sejam ouvidos o quanto antes. E também eles pedem que sejam disponibilizados
293 aos trabalhadores desta Faculdade e os professores o relatório da COVISA, este que avaliou as
294 condições de trabalho da biblioteca, e as condições do ambiente, assim como o cronograma das
295 atividades que estão sendo feitas, para que possamos acompanhar todo o processo. O segundo
296 ponto da fala é sobre a luta dos trabalhadores em geral, não só da Faculdade, sobre as creches.
297 Temos acompanhado nos noticiários os funcionários e os alunos denunciando o fechamento de
298 141 vagas nas creches, inclusive uma aluna desta Faculdade tem sido constantemente
299 entrevistada porque ela tem levado o filho para as aulas pois a creche que havia selecionado seu
300 filho teve as suas vagas suspensas. Os funcionários da creche, em reunião, tiveram acordo que
301 apesar da ausência de funcionários eles estariam dispostos a receber 89 crianças. No entanto,
302 parte da coordenação da SAS não aceitou a proposta dos funcionários e se recusou a receber as
303 novas crianças. Estou aqui com um abaixo assinado que já foi passado aos membros da Adusp,
304 elaborado por estes funcionários, aqueles que quiserem assinar eu vou passar, para que as 89
305 vagas que os funcionários estão se responsabilizando para receber estas crianças sejam
306 garantidas como medida de urgência. Além disso, devem ser contratados mais funcionários para
307 que as 141 vagas existentes possam ser oferecidas no ano que vem. Como parte da luta dos
308 trabalhadores e dos alunos, peço que esta Congregação se posicione com relação a esta luta por
309 meio de uma moção de repúdio que nós elaboramos e que irei passar para vocês. Peço que esta
310 Congregação se posicione com relação a isso para podermos impulsionar esta luta e pela
311 contratação de mais funcionários. Isso é um reflexo do PIDV, não podemos ficar com estas
312 vagas sem ser repostas. Vou ler a moção de repúdio, depois encaminho para a mesa para ver se
313 há apoio: ‘A Congregação da FFLCH da USP em reunião ordinária do dia 19 de abril de 2015,
314 vem manifestar o seu repúdio ao fechamento sumário de 141 vagas nas creches da USP,
315 surpreendendo e deixando sem atendimento dezenas de estudantes e trabalhadores, resultado da

316 falta de funcionários e agravado pela implementação do PIDV.’.” Com a palavra, o Presidente
317 disse: “Com relação à ouvidoria eu não iniciei porque estamos tentando colocar as coisas numa
318 certa ordem de atendimento, mas podemos conversar para tentar implementar, sem nenhum
319 problema. A outra coisa é que não sei se o documento da COVISA pode ser publicizado, caso
320 possa, não vejo objeção em dar publicidade a ele.” Com a palavra, a Representante dos
321 funcionários, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, disse: “Questionamos a COVISA e ele pode sim
322 ser publicizado, e algum funcionário teria que levar uma carta até lá. Nós propomos que ele seja
323 publicizado.” Com a palavra, o Presidente disse: “Posso mandar também a planilha atualizada
324 para vocês acompanharem.” Com a palavra, a Vice Presidente da Comissão de Pesquisa, CPq,
325 Profa. Ana Paula T. Magalhães Tacconi, disse: “Tenho quatro pequenos informes. O primeiro é
326 sobre o edital do programa de iniciação científica e Santander. A Comissão de Pesquisa solicita
327 a criação de Comissões Avaliadoras nos Departamentos com no mínimo dois professores e o
328 cadastramento da documentação exigida pelo processo deve ser feito pelo Sistema Atena,
329 necessariamente, com a entrega da documentação impressa na secretaria dos Departamentos.
330 Peço atenção aos Departamentos para que atentem aos prazos em cada etapa do processo, no
331 caso para serem cadastrados os pedidos no Sistema Atena é até 30 de abril. Foi realizado o 22º
332 SIICUSP entre 11 e 12 de março, a segunda etapa. Foi elaborado um documento pela CPq com
333 a finalidade de estabelecer os critérios utilizados para a nossa Comissão para a seleção do
334 percentual de trabalhos requeridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, 10 a 15% do total para a
335 participação da segunda etapa. O documento foi elaborado e encaminhado aos representantes e
336 aos Departamentos que devem dar ciência a todos os docentes e alunos. O terceiro informe é
337 sobre os NAPs. É só um lembrete para que se orientem os colegas de Departamento que dirigem
338 os Núcleos de Pesquisa para que mantenham o cadastro atualizado no Sistema Atena para
339 facilitar a sua identificação. O quarto informe é sobre a nossa agenda em Ética em Pesquisa.
340 Infelizmente tenho dado informe repetitivo, mas por causa de uma disputa política no CONEP,
341 Conselho Nacional de ética em Pesquisa, acabou criando um impasse na criação dos códigos
342 reguladores dos Comitês de Ética em Pesquisa nas humanidades, pois existe o predomínio da
343 bioética nos Comitês de Ética e a conseqüente resistência à aprovação de regulação específica
344 para as humanidades. O que tenho a dizer é que apesar dos avanços no nossos GT da Faculdade
345 e da incorporação específica enviada por muitos de vocês, é possível que a aprovação do nosso
346 Código se atrase ou nem mesmo possa ser feita da forma como nós a concebemos por causa
347 desta disputa que ainda estamos tentando entender.” Com a palavra, a Representante discente,
348 aluna Jéssica Policastri, disse: “Gostaria de informar, acho que todos receberam por e-mail, a
349 renúncia da RD Titular Joyce Mattos, e como conseqüência da renúncia nós iremos convocar
350 nova eleição para titulares e suplentes. Gostaria de saber se para esta nova eleição eu também

351 preciso renunciar ao cargo.” Com a palavra, a funcionária Rosângela Duarte Vicente disse: “A
352 questão é o mandato. Preciso ver quando termina o seu mandato, posso ver daqui a pouco. Se
353 vocês forem eleger um suplente até o termino do seu mandato, é uma situação, mas se vocês
354 forem fazer nova eleição, ai vocês teriam que sair do seu mandato que ainda não concluiu.”
355 Com a palavra, a Representante discente, aluna Jéssica Policastri, disse: “Assim que nós
356 chamarmos as novas eleições, previstas para acontecerem dias 8, 9 e 10 de abril em urna, e
357 assim que os dois novos RDs forem eleitos, eu renuncio ao cargo, enquanto isso eu continuo
358 assumindo as funções. Considerando as discussões que estão sendo realizadas sobre a questão
359 do acesso, conversamos, todos os RDs da graduação, e a gente sinaliza a nossa preocupação
360 com a forma que ela vem se dando. Já falaram isso em relação ao CAECO, mas a gente acha
361 que a questão do acesso, algo muito importante para a Universidade, ela deve ser feita nas três
362 instâncias da Universidade, com funcionários, docentes e estudantes de forma clara e
363 organizada e não da forma atropelada como ela vem se dando, na nossa opinião. Como RDs e
364 Centros Acadêmicos, gostaríamos de conversar com os nossos alunos e gostaríamos de
365 exemplificar pelo plebiscito feito na FEA sobre cotas raciais, este que perguntava sim ou não
366 sobre este tema, e foi muito legal pois 84% sinalizaram serem favoráveis tanto às cotas quanto a
367 adesão da frente pró-cotas. Queríamos ter tempo para podermos fazer um plebiscito com os
368 nossos alunos. Como vimos que outros Departamentos já fizeram, gostaríamos de pedir o
369 adiamento desta discussão, sinalizando que a nossa posição é favorável à posição da frente pró-
370 cotas, mas que gostaríamos de discutir melhor frente aos nossos colegiados. Por fim, queríamos
371 dizer que a proposta da frente pró-cotas, para quem não conhece, ela está no e-mail, prevê que
372 as Universidades públicas paulistas devem reservar 55% de cotas, sendo 25% para candidatos
373 autodeclarados negros(as) e indígenas, 25% para candidatos oriundos de rede pública de ensino,
374 sendo que deste percentual, 12,5% deve ser reservado para estudantes cuja renda familiar *per*
375 *capita* seja igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e 5% para candidatos com deficiência,
376 percentual este que incide sobre os 100% das vagas. Esta é a propostas que os Centros
377 Acadêmicos e os RDs da Graduação estão endossando. A última questão é sobre as reclamações
378 que os RDs de Letras vem recebendo e não sabemos como proceder e nem para quem reclamar,
379 é sobre a questão da grama na Faculdade: ela não para de crescer e está virando um inferno de
380 bichos atacando as pessoas. Os alunos estão pedindo para o CA comprar um cortador e cortar a
381 grama. Acho que vamos ter que fazer isso caso não saibamos como proceder.” Com a palavra, o
382 Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Sobre a questão da grama, eu conversei com a Vânia
383 e quem faz este trabalho é a prefeitura. Eles já começaram a fazer, mas como a grama é tanta,
384 eles ainda não chegaram na nossa Faculdade. E segundo estão informando, eles já começaram a
385 cartar a grama da FFLCH.” Com a palavra, o aluno Matheus Barbosa Rodrigues disse: “Eu

386 gostaria de manifestar a posição do GT de permanência, construído desde 2014 com o intuito de
387 pautar a questão da permanência, das moradias, dos auxílios aos estudantes que precisam disso
388 para se manter na Universidade. A pauta das novas formas de ingresso não pode se dissociar da
389 pauta de permanência, não adianta deslocar um assunto com o outro. Vou ler a carta deles,
390 conjunta com o Amorcrusp, que eles fizeram para se posicionar aqui na Congregação. ‘A pauta
391 do acesso veio novamente a tona neste ano porque está chegando a data limite para a inserção
392 de novas formas de inclusão na USP. é importante lembra que a permanência estudantil está
393 atrelada ao acesso, pois estudantes negros e/ou pobres, depois de entrar na Universidade, devem
394 passar ainda por uma novo processo seletivo, o programa de apoio a permanência e formação
395 estudantil, PAPFE, da Superintendência de Assistência Social, SAS, que é ineficiente,
396 insuficiente e intransparente. Para quem consegue ingressar, existem bolsas, auxílios e apoios
397 que implicam a permanência de estudantes na Universidade, como bolsa alimentação, auxílio
398 transporte, auxílio moradia, bolsa livro e vaga no conjunto habitacional no conjunto residencial
399 da USP, CRUSP. Entretanto, além de aprimorar estes abonos é necessário a real expansão dos
400 mesmos, pois eles não conseguem atender a todos os estudantes de baixa renda. Muitas pessoas
401 não conseguem dar continuidade à graduação, evadindo logo nos primeiros meses de curso.
402 Para quem convive no cotidiano da Universidade, o esvaziamento do segundo semestre é
403 perceptível, e há motivos para isso. Exemplo disso são estudantes mãe ou pais que apresentam
404 grande dificuldade para conseguir vaga no CRUSP, pois não há vagas suficientes, além disso o
405 valor do auxílio moradia de 400 reais é insuficiente para pagar aluguel nos arredores da USP.
406 para quem tem crianças é ainda mais difícil aguentar o custo de vida para viver e estudar aqui.
407 Somado a isso, no ano de 2015, a creche da USP não abriu vagas, e estudantes tem levado seus
408 filhos para a aula, havendo grande dificuldade para continuar com a graduação. Os cortes de
409 bolsa, como o da Pró-aluno que foi de 545 para 400 reais, a diminuição da quantidade de bolsas
410 de iniciação científica, juntamente com a não abertura de vagas na creche são reflexos de
411 problemas existentes na USP há muito tempo, e com a crise na Universidade eles só se
412 agravaram afetando principalmente a permanência de estudantes de baixa renda. O conjunto de
413 negligencias com estudantes vindos de escolas públicas, pobres, negros, seja através do
414 vestibular ou da permanência estudantil evidencia o caráter elitista, branco e excludente que a
415 USP ainda preserva. Em vista disso, nós do grupo de trabalho de permanência estudantil
416 estamos aqui para dizer que existem alunos da FFLCH que estão ainda sem moradia, creches,
417 bolsas, etc. ao contrário do que é dito, estas pessoas existem e estão tentando permanecer.
418 Temos conosco alguns relatos escritos por estudantes e viemos a público para exigir que a
419 Congregação da FFLCH, além de se posicionar, tome medidas para que ninguém fique de fora.
420 Como a questão da permanência estudantil está ligada intrinsecamente com o acesso à

421 Universidade, nós entendemos que a forma atual não é satisfatória, pois a maior parte do corpo
422 estudantil pertence as classes e grupos sociais privilegiadas da nossa sociedade. É preciso
423 repensar para garantir o acesso popular, por isso nós nos posicionamos a favor do projeto de lei
424 para a implementação de cotas raciais e sociais na USP, apresentando pela Frente Estadual Pró-
425 Cotas do Estado de São Paulo no dia 5 de maio de 2013. A luta travada pela população preta,
426 pobre e periférica para ter acesso à Universidade é histórica e não está desvinculada com da
427 permanência estudantil, as pautas se interseccionam e é por isso que estamos aqui.’”. Com a
428 palavra, a aluna Jacqueline Moraes Teixeira disse: “Nós da pós-graduação estamos atentos e
429 preocupados para participar o máximo possível sobre a discussão da permanência e novos
430 ingressos na USP. Estamos tentando fazer com que estas discussões cresçam na pós-graduação.
431 Nesta semana o IFCH da Unicamp aprovou cotas raciais e de pessoas com deficiência,
432 aprovação unânime de todo colegiado. Os programas de pós-graduação, a partir do processo
433 seletivo de 2016, contaram com estas cotas. Sabemos que na pós-graduação há um regimento e
434 outra instância que regula e nós estamos atentos a isso. Hoje mesmo teremos discussão no
435 programa de antropologia social sobre isso. Acreditamos que na pós-graduação a permanência e
436 o ingresso possuem questões muito semelhantes com o que mobiliza a questão da graduação,
437 mas por outro lado há outras questões. A verba da pós-graduação vem de uma instância Federal,
438 por isso nós acreditamos que a questão caminhe separada de toda a dificuldade financeira que a
439 Universidade está atravessando na pós-graduação.” Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum
440 Junior disse: “No começo do mês o Conselho de Sociologia aprovou uma Comissão para
441 elaborar um relatório de avaliação institucional 2010-2014. Cada Departamento tem que fazer
442 esta avaliação. Como Chefe de Departamento, ao se preparar para a reunião da Comissão, fiquei
443 espantado com o que a Comissão Permanente de Avaliação está pedindo para nós. São 105
444 questões que devem ser respondidas, em português e em inglês. O resultado disso será no
445 mínimo 10 mil páginas feitas por todos os Departamento do USP, e mil páginas, no mínimo, só
446 da nossa Faculdade. Isso não é algo legível por algum ser humano em anos. Isso é insano. Além
447 disso, vamos gastar recursos da Faculdade da traduzir para o inglês. Acho que devemos nos
448 manifestar como Congregação e no CO ir contra esta estupidez. Somos pagos para fazer
449 pesquisa, docência e extensão. Não podemos perdemos o tempo deste jeito. Já fui da Comissão
450 Permanente de Avaliação, hoje é o Álvaro de Vita. Esta Comissão não tem nenhum poder
451 executivo, ela não serve para nada, a não ser para pagar o conjunto dos professores que vêm
452 para nos avaliar e depois fazer algumas tabelas, se é que alguém vai conseguir fazer alguma
453 tabela disso aqui. Acho que devemos nos manifestar firmemente e com ênfase no Co para
454 chamar a atenção. O Vice Reitor que é Presidente desta Comissão, diz querer fazer reforma
455 administrativa na USP, ele pensa que estamos fazendo o que nesta Universidade para ficar

456 escrevendo 100 páginas para serem lidas por ninguém. Sugiro que a gente se manifeste
457 firmemente contra isso e que isso ou seja suspenso ou refeito para no máximo dez páginas que é
458 mais do que o suficiente.” Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Apoio as
459 palavra do Brasília. Quero sugerir, quando fazemos avaliação, fazemos de 5 em 5 anos, e
460 quando foi feita há 5 anos, a Comissão que avaliou produziu um relatório, e ele continha uma
461 série de tópicos. Uma avaliação séria deve retomar o relatório anterior e se basear nele para
462 saber o que aconteceu nestes 5 anos. Isso é óbvio, baseia-se nas avaliações antigas para projetar
463 a avaliação que se vai fazer neste período. Acho que devemos repudiar este procedimento
464 totalmente burocratizado e propor voltar ao modo como fazíamos antes que nos permite nos
465 basear no que nós apresentamos há cinco anos atrás, atualizá-lo com o que aconteceu nestes 5
466 anos. Avaliação é assim que se faz. Eles deveriam se basear no que foi avaliado antes para fazer
467 a atual avaliação, e nós nos baseamos no que fizemos e deixamos de fazer para poder apresentar
468 o que fizemos ou deixamos de fazer nestes 5 anos. Caso contrário, de fato é um procedimento
469 meramente político e burocrático.” Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokói disse:
470 “Nas avaliações anteriores, depois que tudo foi feito e os relatórios foram entregues, fomos ao
471 setor de avaliação perguntar o que ia acontecer. Foi dito que não iriam fazer nada e que estava
472 arquivado. Isso é só para atrapalhar a nossa vida e fazer de conta que eles estão preocupados.
473 Temos que fazer um protesto veemente.”. Com a palavra, o Presidente disse: “Temos duas
474 comissões, uma de Humanidades e outra de Letras, em cada uma delas três titulares e suplentes.
475 Conseguimos confirmação com cinco dos titulares e não conseguimos confirmação com mais
476 nenhum dos suplentes. Como esta composição veio aprovada pelo CTA, o que acontece? Temos
477 que entrar em contato com todos os cinco e propor uma nova data porque um dos avaliadores
478 não pode em agosto, mas pode setembro. Todos os outros escolheram agostos. Voltaremos a
479 fazer a consulta mesmo com chance alta das pessoas não poderem, ou teríamos que identificar
480 mais alguns nomes que possam ser consultados para compor as Comissões?” Com a palavra, o
481 Prof. Álvaro de Vita disse: “Sou membro da Comissão e eu manifestei em todas as
482 oportunidades que tive sobre a questão do questionário, do formulário ser muito grande, mas fui
483 sistematicamente voto vencido lá. Esta avaliação é encarada como uma forma dos
484 Departamentos e Unidade se auto avaliarem para a sua própria gestão e também para cumprir a
485 exigência do Conselho Estadual de Educação. Como não estamos no ENAD temos que produzir
486 por isso. Do que depender de mim, já estou lá por mais tempo do que gostaria, meu mandato
487 ainda vai até dezembro, e acho muito difícil que o formulário seja alterado, pois há diversos
488 outros Departamentos que já estão fazendo.” Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Junior
489 disse: “Agradeço ao Álvaro por ter tentado evitar a insanidade, mas temos que fazer alguma
490 coisa contra. Isso vai demandar muito tempo de vários docentes. No próximos CO’s temos que

491 dizer que isso não é possível, é uma estupidez. Proponho que os nossos representantes falem
492 isso no CO e que enviemos uma carta enfática para o presidente desta Comissão para ele de vez
493 em quando ver o que se faz por lá. Temos que agressivamente nos recusar a fazer isso, estes
494 caras são loucos.” Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse: “O que
495 aconteceria se nós fizemos um ato de desobediência civil e apresentássemos outro tipo de
496 avaliação que não esta, por exemplo a que a Zilda apresentou, baseada nas avaliações
497 anteriores. Acho que um dos objetivos é a auto avaliação, isso deve servir para nós. Caso
498 entremos num acordo do que nos serve melhor, e fizemos, pois não fazer seria muito
499 problemático, justificando que o que fizemos nos auxilia e é consistente, o que eles podem
500 dizer?” Com a palavra, o Presidente disse: “Não tenho respostas, mas gostaria de lembrar que o
501 formulário é eletrônico. A segunda coisa é que é uma exigência com o Conselho Estadual de
502 Educação e ele está em conflito com as Universidades públicas e em particular com a USP.
503 corremos o risco de que nossos cursos que não estão sendo credenciados, não cheguem a ser
504 credenciados.” Com a palavra, a Profa. Marina de Mello e Souza disse: “Só para as pessoas que
505 não tem acesso a este documento terem alguma ideia da insanidade. ‘Item 2.9.1.3. descreva a
506 evolução da produção científica, tecnológica e artística do Departamento nos últimos 5 anos.
507 Artigos, livros, patentes, curadorias, exposições e outros.’, e por ai vai.”. Com a palavra, o Prof.
508 Brasílio João Sallum Junior disse: “Quando eu estava na Comissão, esperávamos horas para que
509 as Congregações nos mandassem as avaliações, elas não mandavam. Acho que se eles estão
510 querendo tanto trabalho, eles precisam fazer alguma contrapartida. Um professor ficou dois
511 meses da sua vida fazendo o relatório Sucupira, fora os funcionários que ficaram também.
512 Agora isso aqui.” Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Quero propor que nos
513 dirijamos formalmente ao CO. Temos que escrever um texto, acho que os nossos representantes
514 no CO devem ter em mãos um texto da Congregação que eles possam ler, para que eles não
515 falem no próprio nome, mas no nome da Congregação, para que possamos dizer de modo duro e
516 enérgico o que precisa ser dito sem constranger os nossos representantes no CO. Deve ficar
517 claro o que nós consideramos ser uma avaliação de fato, e o que está sendo proposta não é uma
518 avaliação de fato, pois ela é inviável e como avaliação ela é falsa. Temos que dizer isso sem
519 colocar os nossos representantes em situação constrangedora.” Com a palavra, o Presidente
520 disse: “Vocês imaginam a dificuldade dos Departamentos, mas imaginem que a Direção vai ter
521 que juntar tudo num texto.” Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse:
522 “Não seria possível agregar a proposta do Bolzani já com uma proposição do que a
523 Congregação da Faculdade propõe como avaliação que está disposta a fazer e um formulário de
524 10 páginas no máximo, dizendo que isto nós nos propomos a fazer porque acreditamos que isto
525 nos avalia com a devida seriedade e pertinência. Não devemos apenas criticar, temos que propor

526 e dizer que é isso que vamos fazer. Caso contrário, vão dizer não e pronto e teremos que
527 escrever as 105 questões.” Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Nossa proposta
528 como a Ana diz, teve estar baseada nos itens presentes ali. Se vai fazer formulário ou não, elas
529 devem ser formatadas com base naquilo que estava lá. Caso contrário vamos fazer uma proposta
530 inócua.” Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse: “O secretário do
531 Departamento de Antropologia, a meu pedido, ele pegou a avaliação anterior e comparou o que
532 seria possível transpor da avaliação anterior para estas 105 questões. Quase nada, tal como está
533 na avaliação anterior. Vai ter que ser um recorte e cola ensandecido, repetitivo. É inviável, não
534 dá.” Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “Estamos passando pela aprovação das
535 licenciaturas em Letras e também tivemos um problema enorme. Fizemos, similar, acho que a
536 coisa é parecida, o Conselho Estadual de Educação pediu um enorme trabalho que foi feito,
537 nossos processos tinham um metro e meio. Quando chegou lá eles disseram que os pareceristas
538 do Conselho não conseguiram ler e devolveram todo o relatório para que colocássemos tudo em
539 tabela para que eles conseguissem ler. Uma das considerações que os professores da licenciatura
540 fizeram para os coordenadores era por que a Pró-Reitoria de Graduação não se coloca junto ao
541 Conselho Estadual de Educação onerando estas coisas, nos defendendo. A Pró-Reitoria
542 silenciou.” Com a palavra, o Presidente disse: “A Assistência Acadêmica está me informando
543 que a Reitoria não está liberando os registros dos diplomas de Licenciatura em Filosofia e
544 Letras, de novo, porque o Conselho não autorizou. Estou entendendo que o nosso Representante
545 da Congregação deve expor estes argumentos na próxima reunião do CO.” Com a palavra, o
546 Prof. Osvaldo Luis Angel Coggiolla disse: “Acabam de ler que foi aberto incentivo para
547 contratar 60 professores estrangeiros para dar aulas em inglês aqui na USP.” Com a palavra, o
548 Presidente disse: “É o convênio da CAPES com a USP.” Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis
549 Angel Coggiolla disse: “Pensei: alguém vai poder dar aulas, porque com estes relatórios
550 ninguém conseguirá. Quero fazer duas perguntas. O formato das 105 perguntas foi decidido
551 onde, no Conselho de Educação ou internamente na USP? O fato de ter que ser cada
552 Departamento que informa, são 57 Unidades da USP, acho que 10 mil páginas é ainda um valor
553 baixo, este formato também foi decidido pelo Conselho ou foi decisão interna da USP? No meu
554 critério deveríamos fazer um relatório da FFLCH e não em cada Departamento.” Com a palavra,
555 a Profa. Valéria de Marco disse: “O esclarecimento é que são duas instâncias diferentes do
556 Conselho Estadual de Educação que avaliam as Universidades paulistas, isto está na
557 Constituição, e outra as licenciaturas. As Universidades privadas do Estado de São Paulo não
558 são avaliadas pelo Conselho Estadual de Educação, elas se remetem diretamente ao Ministério
559 da Educação. Esta disposição, acho que ela vem de 88, na adaptação da nossa Constituição do
560 Estado à Constituição de 88. São instâncias diferentes. A Comissão que é o Conselho

561 Universitário de cada uma das Universidades indicam pelo menos um membro desta Comissão,
562 e ela, já estive sentada nela quando fui indicada pelo CO quando eu era do CO, reúne-se uma
563 vez por ano. O problema está no antecedente disso porque quando foi criada a necessidade
564 constitucional de avaliar as Universidades há 20 anos, e cada Universidade decidiu como iriam
565 avaliar. A Unesp e a Unicamp têm avaliação quinquenal dos docentes. Na USP tínhamos uma
566 luta com o sistema de avaliação dos docentes na Universidade e com muita disputa
567 conseguimos que fosse este modelo de avaliação, modelo institucional, não individual,
568 descentralizado. Esta alucinação que o formulário foi adquirindo, os mais antigos
569 acompanharam, porque o relatório era mais simplificado e enxuto. A cada nova Reitoria, pelo
570 estatuto, preside esta Comissão o Vice Reitor, este relatório é refeito e a tendência é esta,
571 aumentar e aumentar. Quem faz prestação para a FAPESP, CAPES, CNPq, o relatório fica
572 maior. Gastamos mais tempo fazendo administração, mesmo nas instâncias de fomento, do que
573 propriamente pesquisa. Achei bom o Brasília expor a sua indignação. Devemos ser duros
574 porque é uma insanidade o que se faz nestas avaliações. Eu proponho que se for o caso a
575 FFLCH comunique que fará o seu relatório com os seus critérios, tendo em conta o processo
576 inteiro de três anos. Acontece é que esta Comissão Central esquece o trabalho feito
577 anteriormente, isso sai da memória das pessoas porque os cargos das Diretorias são renovados.
578 Nós sabemos que tanto o Sucupita, como o Lattes e provavelmente este relatório, nas Unidades
579 que possuem dinheiro, isso é feito por profissionais.” Com a palavra, o Presidente disse: “Pelo
580 que estou entendendo, é um veemente protesto e resistência no CO.” Com a palavra, o Prof.
581 Adrián Pablo Fanjul disse: “Gostaria de reiterar como proposta o que salientei antes do
582 expediente, se isso vai ser feito ou não é a Congregação que vai resolver. Sobre quem vai
583 decidir as mudanças do estatuto, sobre qual órgão que terá que decidir, penso que tentemos
584 fazer uma consulta eletrônica com os mecanismos que a Faculdade possui. Quero fundamentar
585 o motivo que me parece interessante para fazer esta consulta separada pois categorias, como
586 sempre se faz, com algumas possibilidades. Por um lado, acho que existe um risco sério de que
587 acabe sendo apenas o CO que modifique os estatutos. Já houve, em sessões do CO, segundo o
588 representante de doutores, manifestações de vários membros do CO dizendo que este colegiado
589 tem total pertinência, condições e representatividade. No vídeo em que o Reitor Zago divulgou
590 para os calouros, está dito isso, praticamente. Ele diz que este é um ano de grandes mudanças,
591 que vai mudar o estatuto e, para tanto, é necessário fortalecer o papel do CO. Evidentemente
592 pode ser que exista, dentro das esferas do poder, opiniões diferentes, mas a USP continua sendo
593 uma Universidade pública. O motivo é o valor que tem a consulta, e o valor que ela criou nos
594 últimos tempos na Universidade. O CO já admitiu no ano passado que se realize uma consulta
595 para Reitor. Esta consulta não foi quem elegeu o Reitor, ele foi eleito pela Assembleia

596 Universitária. A consulta se fez e foi um gesto político. No caso, é muito mais importante a
597 mudança estatutária do que o Reitor que só fica quatro anos. Teria que haver argumentos muito
598 fortes para explicar por que as pessoas não podem se manifestar sobre o órgão que deve fazer a
599 mudança. Penso que também seria, embora não seja uma consulta vinculante, seria um exemplo
600 à Universidade, pois seria muito bom que isso fosse feito na Universidade. Todos sabem ler e
601 interpretar uma consulta. Eu, por exemplo, vou dar muita atenção para o que foi votado pelos
602 docentes, pois sou representante deste setor. Qualquer pessoa que é membro da Congregação
603 pode saber que podemos ponderar isso. Penso que seria muito importante promover isso. Temos
604 a tecnologia e já usamos ela na eleição para Diretor. Na medida em que não é vinculante,
605 podemos ter três termos: que seja o Conselho Universitário; Assembleia Universitária; ou
606 colegiado específico, mas qual, ainda não saberia dizer, isso seria decidido caso a proposta
607 tivesse recepção.” Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel Coggiolla disse: “Não vou trazer
608 uma proposta, mas uma informação e um apelo, sobre um assunto que está acontecendo no
609 Departamento de História, mas que não diz respeito apenas a ele, diz respeito a toda Faculdade
610 e a toda a sociedade. Tem havido recentemente um movimento anunciado como ocupação
611 negra, ocupar diversos lugares da USP para fazer demonstrações a favor de uma política que
612 favoreça o ingresso de negros na USP, às cotas, como o movimento pró-cotas. Por motivos
613 específicos que não vem ao caso e que eu não tenho absolutamente nada claro, alguma coisa
614 que seria deste movimento, ou parte deste movimento, decidi fazer uma intervenção na sala de
615 um professor da história. Este professor suspendeu suas aulas na semana passada temendo ser
616 objeto de ação mais violenta. Deste professor recebemos a comunicação de que ele não daria
617 mais aulas porque tinha sido veiculado nas redes sociais que a sua aula seria objeto de uma ação
618 desta natureza. Alunos que participaram desta iniciativa participaram do debate aberto no DH
619 sobre formas alternativas de ingresso, e eles se posicionaram. O debate foi normal, construtivo,
620 embora não tenha sido um debate amável, eles se posicionaram com bastante força, inclusive
621 apontando que haveria racismos na USP, e isso é responsabilidade dos professores e dos alunos.
622 Chegamos a uma série de conclusões, inclusive sobre ingressos alternativos, documento que
623 acredito ter sido distribuído. Temos decidido lidar politicamente com a questão. Ouvi dizer que
624 uma intervenção desta natureza aconteceu na POLI e que a intervenção da Direção foi chamar a
625 Guarda Universitária para que os alunos que se manifestaram fossem tirados de lá pela força.
626 Fora isso não aconteceu nenhum outro episódio grave. Foi anunciado um escracho de uma
627 professora do nosso Departamento para a semana-feira que vem, e eu recebi imediatamente
628 informação no sentido para eu me comportar de uma maneira ou de outra. Eu decidi me
629 comportar da seguinte maneira: convoquei os professores membros do nosso Departamento.
630 Neste escrache, está metida a questão racial no meio, mas não é o motivo principal. Ele será

631 dirigido para uma professora que não é racista, mas teve uma briga com uma aluna na sala.
632 Porém, o escracho não está vinculado à briga, mas a questão mais geral, pois se supõe que esta
633 briga reflete uma atitude racista objetiva e não subjetiva, porque a professora não é racista.
634 Convoques professores negros e professores que possam transformar uma intervenção que pode
635 ser violenta, na verdade não sei se ela será feita, para transformar isso em debate sobre a
636 questão negra, debate político e não choque que pode gerar violência física, verbal, acusações
637 que são objeto de toda uma campanha dizendo que diversos comportamentos dentro da
638 Universidade que existem são atitudes de caráter racista de todo tipo, como um professor branco
639 que diz não aceitar orientandos negros, ou um professor que disse mal dos negros em francês.
640 Em qualquer hipótese, reflete posicionamento desta natureza. Temos que fazer um debate
641 político sobre esta questão e retirá-lo do plano da violência em que está. Caso haja violência,
642 haverá intervenção de quem tem a força destinada a conter episódios de violência, mas este não
643 é o objetivo. Vou convocar o professor do Departamento de Sociologia, Antônio Sergio
644 Guimarães, ligado a questões étnicas, para estar no Departamento História na segunda-feira, não
645 para fazer estudo de caso, mas para se comportar ativamente junto com outros professores que
646 convoquei e que aceitaram fazer este tipo de iniciativa. Não tenho condições para fazer uma
647 lista até amanhã das pessoas que estão capacitadas, por isso, um apelo que faço, pois pode ser
648 que aconteça alguma coisa desta natureza segunda-feira às 14 horas no DH. Acho que não é um
649 problema do DH, pois o movimento é de alunos da FFLCH. A professora disse que não vai
650 suspender a aula porque ela disse que fala o que bem entende. Caso existam professores que
651 queiram ir lá para promover o debate, esperamos a todos no corredor das salas de aula do DH.”
652 Com a palavra, o Presidente disse: “Confesso que fico muito preocupado e inquieto com
653 situações como esta. Acho que o fato das demandas serem legítimas, resultado de lutas e lutas
654 acumuladas, não implica o emprego de meios violentos e muitas vezes intolerantes para fazer
655 com que estas demandas legítimas venham a ser concretizadas. Eu confesso não consigo ver
656 outro recurso que não seja o debate, o esclarecimento, a discussão e a formação dos conceitos
657 mínimos que levem a tomar decisões. Eu me preocupo muito, porque o momento em que o
658 professor é cerceado da sua obrigação de ensinar, estamos colocando a Universidade em crise,
659 estamos derrotando os fundamentos que regem o princípio básico da Universidade que é a
660 liberdade de ensino, pesquisa, organização e reflexão. Não acho que estes conflitos vão se
661 resolver na base da força. Mas me coloco no papel de professor que quer ministrar a sua aula
662 mas que não tem garantias de que poderá fazê-lo. Não podemos aceitar e ficarmos passivos
663 como espectadores destes acontecimentos. Devemos pensar e refletir muito, pois o exercício da
664 reflexão e do debate são os instrumentos que dispomos para alcançarmos entendimento mínimo
665 do que quer que seja.” Com a palavra, o aluno Luan Diego Fernandes disse: “Gostaria de falar

666 sobre o caso que o Coggiola falou. Gostaria de contextualizar. O movimento que acontece desde
667 o começo da semana se chama ocupação negra, não há nada formalizado, as pessoas chamam e
668 ninguém sabe muito bem o que é. Não é organizado. É um movimento que tem a ver com as
669 formas alternativas de inclusão, fato que demonstra muito o que já está sendo falado aqui pelos
670 RDs, mas também como muitos professores apontam, a discussão está sendo feita de modo
671 atropelado, principalmente sobre a questão das cotas raciais e da discussão que o movimento
672 negro vêm fazendo por aqui no Núcleo de Consciência Negra. Sobre eles entrarem nas aulas
673 para discutir com os alunos e com os professores, são ações de ímpeto muito grande, tomadas as
674 decisões na hora, reflete a impaciência do movimento negro de querer dialogar com as
675 instituições da Universidade e de não ter respaldo. Houve intervenções visuais que não se
676 dirigem a nenhum professor específico, e, o que faltou na informação do Coggiola, e recebeu
677 uma resposta da professora Marlene que põe a baixo tudo isso que o Adorno acabou de colocar
678 sobre o diálogo respeitoso entre os membros da Universidade. Ela falou para uma aluna da
679 história, negra e mãe, não vou detalhar, nem foi ela que colou nada. Concordo com o Coggiola
680 que esta questão não se restringe à História, mas é da USP, pois a discussão de formas de
681 ingresso está sendo feita nela. Por isso é importante mobilizar o corpo estudantil e docente para
682 fazer esta discussão, mas sobre os fatos, pois houve uma ação muito errada da professora e o
683 Departamento precisa se posicionar e não esconder o que está acontecendo, as respostas
684 localizadas de professores que acabam fazendo com que o movimento se reduza a isso. A
685 preocupação do Adorno também é do movimento estudantil. Não sei sobre esta questão do
686 escracho, não sei como esta informação chegou até vocês e o movimento estudantil nem está
687 falando disso.” Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel Coggiolla disse: “Não informei
688 sobre o conflito da aluna com a Marlene porque tenho apenas informações fragmentadas e não
689 vou informar assim. A professora tentou fazer circular uma resposta por escrito, mas eu não
690 permiti que isso acontecesse porque seria veicular apenas uma versão do fato e a rede interna
691 não é para este tipo de coisa. Sobre o esclarecimento desta questão, suponhamos que a
692 professora tenha tido uma atitude de caráter racista com esta aluna. Caso seja este o caso, há
693 meios dentro da FFLCH para tratar destas questões, cabe denúncia, seja aluno, professor ou
694 funcionário.” Com a palavra, a Profa. Ana Paula Torres Megiani disse: “Não sei se vocês viram
695 um vídeo que está circulando sobre uma intervenção deste grupo de estudantes numa aula na
696 FEA. Assisti hoje, tem 12 minutos, e achei que ele é bem elucidativo sobre a reivindicação
697 deste grupo e sobre o seu posicionamento e de como eles são tratados de forma agressiva pelos
698 professores que não os recebem e não permitem que eles entrem na sala de aula, pelos alunos da
699 sala. Este filme veiculado e de um aluno que termina mostrando a sua posição de discriminação
700 falando: ‘olha a merda que está acontecendo com este pessoal vindo aqui.’ Provavelmente

701 vocês terão a oportunidade de ver. Conversamos com eles no nosso debate sobre a discussão
702 sobre os critérios de ingresso, e na hora que o nosso aluno apareceu no vídeo eu resolvi assistir.
703 Vi o enfrentamento e ele é realmente muito agressivo entre os estudantes na sala de aula e eles
704 que entraram para solicitar a abertura do debate. Fiquei muito chateado com tudo isso e triste.
705 Queremos fazer a discussão, mas a reação dentro das salas de aula com os professores me
706 parece ser muito difícil em relação ao grupo.”

707 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu me inscrevi para apoiar a proposta do
708 Adrian. A formulação que ele deu, de colégio específico, simplifica bastante a cédula que a
709 gente votaria. Acho que poderíamos introduzir outro item, plebiscito posterior à formulação do
710 estatuto. Imagino vários argumentos contra uma e outra coisa, e acho que vocês também. O
711 fórum da Assembleia Universitária, por mais que ele não tenha uma proporção de categorias,
712 ele vai ser inviabilizando dizendo que ele é um colégio muito grande. Temos que garantir, como
713 foi sugerido, a formato Co atual, a forma do colégio, a forma de um colégio específico para a
714 questão da elaboração e votação do estatuto, e eu incluiria a realização de um plebiscito para
715 toda a Universidade com todas as mudanças fundamentais. Como fizemos uma vez uma
716 proposta de estatuto com um colégio representativo das Unidades, promovido pela Adusp,
717 Sintusp e DCE. Fizemos plebiscito no qual votaram quase três mil professores, e eram as
718 mudanças substantivas do estatuto que foram plebiscitadas; seja lá qual for a composição que
719 vote isso, garantir plebiscito é garantir pronunciamento político de uma participação maior da
720 comunidade.” Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo, disse: “Gostaria de
721 sugerir que decidíssemos esta questão na pauta prevista à Congregação extraordinária que
722 vamos discutir os estatutos. Por quê? Acho interessante a ideia da consulta, mas para termos
723 claro a questão da consulta precisamos antes discutir como será decidido o programa da
724 mudança do estatuto. Temos que discutir o que vai ser decidido porque isso não está clara. Eu
725 pensei que estivesse claro. Parece que estamos caminhando para a ideia de reforma estatutária,
726 esta é uma revisão global do estatuto. Para minha surpresa eu vi o pronunciamento do Reitor na
727 televisão falando de início de ponderações sobre a alteração no estatuto. Na reunião da CO ele
728 falou que o CO iniciaria o processo de reiteração do estatuto. Isso significa que nem o CO tem
729 clareza sobre a diferença entre reforma e emenda estatutária. A emenda implica numa mudança
730 de um item no estatuto e isso tem o fórum de 2/3 do CO. O CO, implicando uma revisão global,
731 ela não pode ser votada em fragmentos porque o estatuto novo não é um legado de fragmentos.
732 Quando se discute a reforma constitucional, tem que se apresentar um projeto de constituição.
733 Depois podem ser votados itens e capítulos. Na reforma estatutária é preciso primeiro definir o
734 órgão que vai fazer isso e o quórum que vai deliberar. A emenda constitucional é 2/3 porque
735 implica que se está pedindo uma super maioria para fazer a mudança de um item da

736 constituição, assumido como a norma básica. Quando se faz uma reforma estatutária é normal
737 que o quórum seja de 50%. Quando o Reitor fez o pronunciamento ficou claro para mim que o
738 Reitor e o CO não tem claro esta diferença. Caso ela vai começar a fazer uma discussão de
739 mudanças de item, ele está fazendo uma coisa maluca, pois ele está fazendo emenda, mas vai
740 mudar todas as coisas sem que o próprio órgão saiba o que está fazendo. Supomos que seja o
741 CO, para mim a questão está aberta, poderia ser ele, e o CO deve saber o que está fazendo. O
742 risco que estamos correndo é que está coisa se precipite e o principal órgão deliberativo da
743 Universidade está fazendo uma coisa às cegas. Temos que alertar o CO, talvez conversar com
744 ele. Estamos fazendo emenda no estatuto? Não estamos fazendo o que foi previsto para a
745 reforma estatutária? Podemos fazer um balanço na próxima Congregação para discutir como
746 vamos intervir como integrantes desta Congregação na discussão, pois o risco maior agora não
747 é sobre o 'como', mas no sobre 'o que?'. Sobre isso temos capacidade de intervir, está
748 acontecendo uma contradição. Eu sugiro que se for para fazer consulta que ela seja dupla: o que
749 vamos decidir e como vamos decidir? Acho que esta é anterior do ponto de vista do
750 esclarecimento conceitual do que vamos fazer. Temos uma reunião extraordinária para discutir
751 o estatuto, proponho que este seja o primeiro ponto de pauta, pois este ponto é muito grave e
752 demanda votação. Isso requer um balanço até da política da USP neste momento para que a
753 nossa intervenção seja mais consistente no CO." Com a palavra, a Prof. Elisabetta A. Rita Maria
754 Carmela Santoro disse: "Concordo com o Cícero quando ele diz que toda a discussão está sendo
755 atropelada. Estamos dizendo isso faz tempo, desde a primeira discussão. Fizemos até proposta
756 de novo calendário pois tínhamos a sensação de que a discussão não estava sendo feita de forma
757 adequada. Por outro lado não concordo com ele quando diz que quem vai decidir seja uma
758 questão secundária. Continuo achando que ela é fundamental. Se for o CO que for fazer as
759 mudanças é mais provável que se trate de emendas ao estatuto. Mas se tivermos um colegiado
760 para esta função e que vai se debruçar e analisar as propostas que vieram e que virão de alguns
761 lugares, teremos a possibilidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o estatuto e de ter a
762 possibilidade de mudar efetivamente, ter reforma estatutária como a gente se propõe. Neste
763 sentido, o que a Valéria propôs sobre o plebiscito, ideia que acho muito adequada. A minha
764 preocupação é viessem duas perguntas, uma que dissesse respeito sobre quem vai decidir, Co,
765 Assembleia Universitária ou colegiado específico, e tem a segunda pergunta se se é a favor ou
766 não do plebiscito." Com a palavra, o Presidente disse: "Para tomarmos uma decisão
767 precisaríamos ter colocado este assunto em pauta, em princípio. O que penso em encaminhar é o
768 seguinte: o que está em pauta inicialmente é se faremos ou não uma consulta, pois isso está
769 sendo proposto. Qualquer que seja o resultado, as pessoas podem se abster se acharem que não
770 há condições de decidir. A segunda questão é se nós decidirmos esta consulta agora, acho que

771 temos ter clareza sobre as questões que estão sendo colocadas aqui. Pela fala do Cícero, para
772 mim ficou claro que podemos tomar uma decisão de fazer uma consulta mais ampla e que
773 envolva um número maior de pessoas e que a nossa proposta seja uma Assembleia Constituinte.
774 A questão é o seguinte, a comunidade está completamente esclarecida sobre estas diferenças.
775 Sabe a diferença entre o que se precisa para fazer uma reforma, o que se precisa para se mudar o
776 status de um diploma legal. Os alunos estão informados sobre estas questões. Neste momento eu
777 pergunto se passaremos este assunto para a pauta para podermos votar. Isso não impede que esta
778 questão possa vir na pauta do dia 26. Vou colocar em votação. Aqueles que forem favoráveis
779 em colocar este assunto em pauta nesta sessão da Congregação, proposta da consulta a respeito
780 da forma, do colegiado no sentido amplo em que se dará a proposta de mudança dos estatutos
781 mantenha-se como está. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Vou propor outro
782 encaminhamento. Caso o Adrian esteja de acordo, propomos que tenhamos o direito de exigir
783 que votemos a proposta hoje. Podemos propor também o seguinte: votar agora, sim. Entrar na
784 pauta da Congregação de hoje ou do dia 26? Não vamos começar o plebiscito nesta semana.”
785 Com a palavra, o Prof. Adrián Pablo Fanjul disse: “Vou dizer o que estou propondo. Para mim
786 está muito claro o que o CO vai ser chamado para decidir. Quem acompanhou a vida desta
787 Universidade no ano passado, sabemos que há uma lista de temas e que para cada um deles há
788 uma série de propostas atoladas pela carreira. Estas propostas e não outras que irão para
789 votação. Isto está claro. Mudança estatutária e reforma do estatuto é importante decidir quem
790 vai realizar. Aceito que entre em pauta na sessão do dia 26, mas que entre com a forma que foi
791 formulada. A Congregação decidirá por sim ou por não a realização de uma consulta eletrônica
792 com duas questões: primeira questão – qual é o órgão que decidirá quais as mudanças no atual
793 estatuto? Respostas: A – o CO atual; B - Assembleia Universitária; C - colegiado específico.
794 Pergunta dois – as mudanças resultantes do processo que será levado a cabo a partir de abril,
795 serão submetidas ao plebiscito? Respostas: A – sim; B – não. Caso seja desta maneira, com esta
796 redação, concordo que entre em pauta no dia 26. Com esta redação, caso não, retiro a proposta e
797 sugiro submeter à votação agora. O Brasília me pediu para esclarecer a segunda proposta.
798 Primeira questão: qual é o órgão que decidirá as mudanças que serão realizadas no estatuto da
799 USP.” Com a palavra, o Presidente disse: “No dia 26 serão discutidos três temas: carreiras e
800 regime de trabalho; autonomia e organização das Unidades ou Órgãos ; formas de deliberação
801 das alterações estatutárias, não está falando aqui qual é o órgão, está dizendo formas.” Com a
802 palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “O que afinal vai acontecer, reforma do
803 estatuto ou mudanças?” Com a palavra, o Presidente disse: “O tema é reestruturação do estatuto
804 da USP.” Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Isso significa mudar tudo
805 ou reforma de alguns itens? O que implica uma coisa ou outra.” Com a palavra, o Prof. Adrián

806 Pablo Fanjul disse: “Acho que se eles estão usando reestruturação não é casual. Minha
807 experiência no CO é que eles fazem o que querem. Darão o nome que for, encontrarão a
808 artimanha necessária para que eles façam o que eles querem.” Com a palavra, o Prof. João
809 Roberto Gomes de Faria disse: “Nas questões legais, o Cícero disse que com 2/3 do CO se
810 votam emendas. Caso isso esteja na legislação atual, nosso esforço será em vão para haja
811 consulta.” Com a palavra, o Prof. Adrián Pablo Fanjul disse: “No CO de 01 de outubro de 2013
812 quando foram feitas várias modificações ao estatuto que levaram a eleição do Reitor ser feita de
813 forma diferente. Uma das primeiras moções postas em votação e elaboradas pela Procuradoria
814 Geral, insuspeitável de espionamento jurídico, era a possibilidade de estatuinte. Se o CO quer
815 decidir que vai chamar uma Assembleia estatuinte, isso é da capacidade do CO e possui forma
816 já dada em 2013. Caso o CO decida que vai chamar a Assembleia Universitária, ele está no
817 estatuto, está instituído nenê. Não há problema jurídico, mas em todo caso é problema da
818 Procuradoria Geral, mas já sabemos que não há porque existem resoluções que enquadram
819 juridicamente as duas coisas, tanto a estatuinte quanto a Assembleia Universitária. Ao falar de
820 uma consulta, e não que ela vai decidir o que vai acontecer na USP, ela vai balizar
821 politicamente a atuação de todos. As minúcias jurídicas, não tenho a menor dúvida que a
822 Procuradoria Jurídica vai resolver, mas já resolveu, não me parecem relevantes. O que
823 estabelece o estatuto, João Roberto, é que para o CO mudar algo, ele sozinho, ele precisa de 2/3,
824 mas não diz que somente o CO pode mudar o estatuto. Tanto é assim que existe este
825 antecedente do CO de 01/09/13 no qual foi submetida a proposta elaborada pela Secretaria
826 Geral que dizia: o CO convoca Assembleia Estatuinte com proporções a serem resolvidas na
827 próxima reunião do CO.” Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo, disse: “Não
828 tenho amparo sobre o que está em jogo no fórum que o CO está estabelecendo para discutir o
829 estatuto. Preciso me esclarecer sobre isso. Algumas pessoas podem achar que está tudo definido
830 e que a gente deve enfrentar algo definido. Isso merece uma discussão aqui antes de entrarmos
831 no encaminhamento de qualquer proposta de iniciativa que iremos tomar. Para mim ficou claro
832 na reunião do CO que este problema base não está bem assentado pelo próprio Reitor ou pelos
833 seus conselheiros. Caso começemos a fazer mudanças de fragmentos de todo conjunto sem ter
834 uma proposta de um projeto para o estatuto, você está dando um tiro no próprio pé. Temos a
835 possibilidade de fazer uma discussão sobre isso e discutir as formas de alteração do estatuto.
836 Para mim a alteração deve envolver a revisão do estatuto e é isso que devemos defender no CO
837 e se for o caso até fazer uma consulta sobre isso. Se eles já sabem exatamente o que querem
838 fazer, não sei quem e o quê exatamente, fico pensando por que eu vou ao debate do CO para
839 intervir e tentar através da nossa capacidade reflexiva alterar um determinado estatuto. Acho
840 que eles próprios não têm claro o que fazer sobre diversas coisas. Acho que com base nisso vale

841 a pena nos esclarecermos antes, e esclarecermos bem, até para definir a linha de conduta em
842 relação à questão estatutária. Por exemplo, caso definamos hoje, sem reflexão prévia ou sem ter
843 colocado na pauta da Congregação, a proposta de consulta sobre o que foi decidido pelo órgão
844 que vai decidir, nós não temos claro sobre o que se trata isso. Quando se discute um projeto, ele
845 é aprovado por determinada instância encarregada disso e nós colocamos ao conjunto da
846 comunidade este projeto, isto não se chama plebiscito, é referendo, e isso envolve uma questão
847 conceitual sobre qual é o papel da comunidade em relação ao modo como ela vai intervir depois
848 que o estatuto é elaborado. Não custa reservarmos uma discussão exclusiva sobre a questão do
849 estatuto na próxima reunião extraordinária prevista para dia 26. Não vamos restringir o âmbito
850 da nossa reflexão sobre isso, não vamos cercear, vamos abrir.” Com a palavra, o Prof. Adrián
851 Pablo Fanjul disse: “Mantenho a proposta formulada como disse e proponho para a reunião que
852 vem. O Cícero não me convenceu ao dizer que não sabe o que está em jogo, para mim está
853 muito claro. Mantenho esta formulação para entrar em pauta na reunião do dia 26.” Com a
854 palavra, o Presidente disse: “Eu faço parte do CAECO. Para nós não é totalmente claro, pois
855 houve mudanças de um ano para cá. O que aconteceu? Em outubro de 2013 foi decidida a
856 reforma do estatuto no âmbito do Co, até onde eu tinha entendido. Na gestão do Zago foi criado
857 o CAECO e se estabeleceram os dez temas. Foram selecionados o que seriam os eixos de uma
858 reestruturação estatutária, foi isso que eu vinha entendendo até aqui. O que eu tinha entendido?
859 Caberia a nós, enquanto Comissão, criar os critérios, as condições, as sugestões para que as
860 Unidades fossem ouvidas, para que fossem recolhidas propostas e temas e que o papel da
861 CAECO seria organizar e apresentar para o CO. eu achei que iríamos trabalhar na segunda
862 etapa, como relatoria, mas me enganei. A segunda etapa de nova consulta com temas e
863 formulações específicas nós iríamos trabalhar, mas não é esse o entendimento. Vamos entregar
864 a tarefa agora no dia 07 de abril. Eu diria que muitas coisas para mim não estão claras. Eu achei
865 que a forma estava colocada, mas nós podemos colocar esta forma para o futuro. Eu entendi as
866 formas de deliberação de outra maneira: a maioria simples é suficiente para deliberar certos
867 assuntos, a maioria qualificada para outros assunto. Eu havia entendido que as formas eram
868 estas, não tinha entendido que estávamos discutindo o órgão que vai deliberar, e isso também
869 apareceu também no CAECO. Já apareceram propostas em outras Unidades falando do órgão
870 competente para realizar a reforma destes estatutos. Confesso que não estou esclarecido, tenho
871 muitas dúvidas. Pedimos mais prazo porque achamos tudo muito precipitado e agora temos que
872 decidir rapidamente se vamos optar por isso. Acho que deveríamos nesta semana até o dia 26
873 pensar com nossos colegas, colocar os três assuntos na pauta, com o indicativo apresentado pelo
874 professor Adrian. Precisamos discutir mais, precisamos estar melhor informados. A
875 Congregação do dia 26 é de pauta única para discutir estes três temas, com o indicativo que o

876 professor Adrian formulou sobre os órgãos qualificados por consulta eletrônica apresentando os
877 três formatos.” Com a palavra, o Prof. Adrián Pablo Fanjul disse: “Para mim, para ficar mais
878 claro, tem que ser parte da pauta. Os temas estão propostos para a discussão do CO do dia 07
879 que não será deliberativa, apenas exposição de propostas como foram todas as reuniões
880 extraordinárias do CO até agora . A consulta que me refiro tem a ver com a reunião do CO
881 do dia 14 que é deliberativa. Proponho que não submetemos hoje a proposta à votação e
882 proponho, para ver se chegamos a um acordo, que isso seja um item de pauta para decidir se a
883 Congregação fará ou não uma consulta nestes termos. Eu redijo, encaminho e entra em pauta,
884 não tem problema.” Com a palavra, o Presidente disse: “A proposta do Adrian ele vai redigir e
885 depois colocamos novamente a questão. Há o pedido de inversão de pauta para colocar o item
886 2.1 da ordem do dia na frente, pois o professor Vagner está presente para esclarecer esta
887 Congregação sobre a proposta.” Após votação, a proposta de inversão de pauta foi
888 **APROVADA**. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Não quero me manifestar
889 sobre a inversão de pauta, mas acho que a questão do ingresso no vestibular é muito importante.
890 Tinha feito o esforço, pela negativa, de sistematizar o que nos chegou, mas vou dar aula e 17h30
891 terei que sair. A Congregação está bastante esvaziada e não sei o que poderemos fazer. Já tinha
892 sugerido à Rosângela que invertêssemos o expediente e deixássemos em pauta estes dois que
893 são muito importantes e que possuem problemas mesmo. Ficamos três horas no expediente, não
894 que tenhamos discutido questões que não são importantes, mas no momento em que precisamos
895 deliberar coisas importantes, a Congregação esvaziou. Gostaria de poder estar presente e
896 analisar as sugestões que vieram dos Departamentos sobre as formas de ingresso alternativo.
897 Acho que teríamos que introduzir um item e eu sugiro que deixemos para a Congregação
898 extraordinária do dia 26 e fizesse um horário explícito na pauta.” Com a palavra, o Presidente
899 disse: “Eu recebi o pedido de inversão de pauta, não r5ecebi um outro. A professora poderia ter
900 levantado na hora e pedido. Quero lembrar que as formas alternativas temos que mandar
901 amanhã.” Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Proponho que mandemos as nossas
902 sugestões no dia 27 para que possamos discutir este assunto na reunião extraordinária do dia
903 26.” Com a palavra, o Presidente disse: “Vou negociar com a Pró-Reitoria de Graduação o
904 envio para o dia 27 e nós colocamos como segundo assunto de pauta a questão do ingresso.
905 Acho que são dois temas muito carregados para uma reunião, mas como são apenas dois
906 assuntos podemos dividir metade do tempo para cada um.” Com a palavra, o aluno Luan Diego
907 Fernandes disse: “Gostaria de deixar a nossa indignação porque sugerimos adiar a entrega do
908 relatório para que pudéssemos discutir melhor esta questão e o senhor. Adorno disse que era
909 impossível, e agora diante de um pedido por causa do tempo ele passou para a próxima
910 Congregação.” Com a palavra, o Presidente disse: “Acho que o seu protesto é legítimo mas

911 devo dizer que vocês mandaram os documentos mais completos que nos foram encaminhados.
912 Acho que o documento de vocês está muito analisado. Talvez vocês gostariam de discutir mais,
913 e vocês terão esta oportunidade aqui pois são representantes.” **II - ORDEM DO DIA 2.1-**
914 **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO PROGRAMA DE**
915 **PÓSGRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL.** Parecerista: Prof. Dr. Modesto
916 Florenzano. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “Esta proposta de ações
917 afirmativas para o PPGAS, ela já foi aprovada em reunião da nossa pós graduação, do nosso
918 programa e ela foi aprovada na Comissão de Pós-Graduação da nossa Faculdade e então ela foi
919 encaminhada para cá. Temos dois pareceres. Queria, a título de esclarecimento, para promover
920 o debate, esclarecer ainda mais este documento. Vou fazer uma apresentação rápida de como
921 estamos pensando este processo seletivo. Vou pular a justificativa de porque achamos
922 importante um programa da USP ter algum mecanismo de inserção que privilegie determinados
923 grupos que dentro da história foram desprivilegiados por uma série de questões. No âmbito da
924 graduação, vimos que a situação de tentar falar sobre políticas afirmativas é muito difícil. Como
925 os programas de pós-graduação possuem certa autonomia em relação à própria estrutura da
926 Universidade, a nossa ideia é fazer com que um programa desta Universidade tivesse a
927 possibilidade de fazer esta experiência de inserção de certos grupos. Pensamos este processo
928 seletivo em duas modalidades. A primeira seria de reserva de vagas. Teríamos um processo
929 seletivo em que as pessoas que se auto declarares pretos e pardos teriam reserva de vagas de
930 20% no mestrado e 20% no doutorado, e as pessoas com deficiência teriam reserva de vaga de
931 5% no mestrado e 5% no doutorado. Este processo seletivo está organizado em duas fases. A
932 primeira seria uma fase eliminatória e teria como elementos uma prova teórica com questões
933 baseadas em bibliografia previamente indicada no edital, que seria corrigida e avaliada por uma
934 banca como temos feito atualmente. Não sei se todos os programas estão familiarizados com
935 este processo, mas nós da antropologia temos uma banca e o processo seletivo é os três
936 membros da banca avaliam todos os candidatos segundo critérios que são colocados em edital.
937 Nesta primeira fase teríamos uma nota mínima de aprovação automática que é sete. Teríamos
938 uma faixa de elegibilidade que seria de 5 até 6,99. Esta faixa de elegibilidade quer dizer que o
939 aluno não foi reprovado, abaixo de 5, mas que ele teria condições de acompanhar um programa
940 de pós-graduação. Ai é que acho que está a possibilidade destes alunos optantes entrarem no
941 programa. A segunda fase é classificatória. Haveria, como ainda é hoje, avaliação do currículo
942 do candidato, avaliação do projeto de pesquisa, e haveria avaliação da arguição do currículo e
943 do projeto de pesquisa, antigamente chamada de entrevista. A cada uma destas avaliações é
944 atribuída uma nota e a nota final desta etapa é composta pela média das notas dos três quesitos,
945 ou seja, também haveria uma nota mínima de aprovação 7 e uma faixa de elegibilidade de 5 a

946 6,99. A nota final é a média destas duas fases. A segunda modalidade é muito específica porque
947 trata de optantes indígenas, neste caso não falamos de reservas de vagas e sim de criação de
948 vagas. Nós iríamos criar cota fixa de até duas vagas contemplando mestrado e doutorado, mas
949 se houver demanda maior nós podemos considerar isso. Estes candidatos no ato da inscrição
950 entregariam um formulário de inscrição, um memorial com informações relevantes sobre a sua
951 trajetória de vida com formação escolar, etc., e uma proposta de pesquisa com informações
952 sobre o que de fato este candidato gostaria de pesquisar e uma análise crítica de um texto que
953 este candidato escolheria a partir de uma bibliografia indicada. Haveria alguns documentos
954 opcionais como, por exemplo, declarações de comunidades indígenas, declarações de ONGs,
955 tudo que poderia ser importante para identificar este candidato. Este processo seletivo também
956 seria feito em duas fases, uma fase eliminatória que seria a primeira onde estes documentos
957 seriam analisados por uma banca de seleção. Há a sugestão de que os pesos equivalentes entre
958 estes itens e uma nota de corte também em 5. A segunda fase seria classificatória, teria arguição
959 individual e de uma proposta de pesquisa. A media final, da mesma maneira, seria calculada
960 atribuindo o mesmo peso às duas fases. Esta proposta tem como base uma série de discussões
961 que foram feitas no âmbito do nosso Departamento onde elaboramos um conjunto de seminários
962 com especialistas da área indígenas, de comunidades negras, juristas, especialistas em questões
963 de pessoas com deficiências. Conseguimos elaborar uma série de atividades acadêmicas e
964 jurídicas para que pudéssemos nos municiar de elementos interessantes para elaborar esta
965 proposta. Uma outra informação relevante é que hoje há vários programas de antropologia que
966 já adotaram ações afirmativas. Ali no quadro vocês podem ver algumas, alguns destes
967 programas inclusive com conceito CAPES 7, ou seja, muito considerados que ao adotarem estas
968 ações eles se baseiam na ideia de que é preciso ter inserção social destas comunidades nas
969 Universidades. Detalhe: a USP não tem nenhum programa de ações afirmativas. Existe na
970 Faculdade de Direito uma linha de pesquisa em direitos humanos que reserva um terço das suas
971 vagas para negros indígenas e portadores de deficiência. Eu tinha colocado alguns pontos do
972 parecer que acompanham a proposta mas eu prefiro usar o tempo para promovermos uma
973 discussão mais detalhada. Alguns pontos adicionais desta proposta que são bastante relevantes
974 para a avaliação dela. A primeira proposta é que tem um prazo de seis anos para uma avaliação
975 geral. Não é uma proposta *ad infinitum*, ela tem um período de avaliação para saber se
976 realmente esta proposta está atingindo o seu objetivo. Depois haverá a constituição de uma
977 Comissão de acompanhamento desta política que vai mensurar o rendimento destes alunos e vai
978 propor medidas para o momento em que o rendimento não for satisfatório. Esta Comissão vai
979 propor cursos que podem ajudar os alunos com estas dificuldades. Temos uma série de medidas,
980 como alteração do exame de proficiência de língua estrangeira para acrescentar o espanhol,

981 entre outras. Haverá também mudança à cessão de bolsas de estudo na pós-graduação. Teremos
982 um novo critério que será socioeconômico e mais um critério de mérito, este que é o
983 estabelecido até então.” Com a palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: “Tenho uma
984 pergunta. Pelo que me consta, as mudanças todas de estatuto da pós-graduação são internas as
985 CCPs. Há autonomia para fazer este tipo de alteração, precisa passar pelo Congregação?” Com
986 a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “Eu gostaria que tivéssemos, mas parece
987 que não, temos que passar pelas instâncias da Congregação, depois isso deve passar pela Pró-
988 Reitoria de Pós-Graduação, depois para a Câmara de Normas e aí sim podemos estabelecer este
989 formato de ingresso. A gente tem certa autonomia de propor este formato, mas os programas
990 não podem ferir o estatuto geral da pós-graduação.” Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore
991 Schritzmeyer disse: “Há um motivo não só jurídico, mas político para isso. No caso de qualquer
992 recurso sobre o processo seletivo é a Universidade que responde e não o programa.” Com a
993 palavra, a aluna Jacqueline Moraes Teixeira disse: “Gostaria de acrescentar que tivemos muito
994 cuidado na leitura do regimento de pós-graduação, no novo regimento da pós-graduação e nas
995 normas do nosso programa de pós-graduação que foram implementados no ano de 2014. Esta
996 autonomia que os programas tem segundo o novo regimento, ele deve ser controlado pelas
997 instâncias jurídicas da Universidade. Este diálogo jurídico, tivemos muito cuidado com ele para
998 não termos nenhum problema de judicialização futura deste processo.” Com a palavra, o
999 Presidente disse: “Vocês estão propondo o prazo de seis anos para a avaliação. Este prazo é
1000 pouco realista. Caso esteja no programa de doutorado, este que dura 4 anos, seria avaliado o
1001 quê, dois anos? Isso é muito pouco tempo, pois para se avaliar se ele produziu impacto é
1002 necessário ter alguns indicadores, e um dos indicadores é destino, para onde estes doutores
1003 foram. Será que seis anos é suficiente? Acho que devemos pensar um pouco disso. As avaliações
1004 que existem nos EUA são de muitos anos de execução do programa, não são avaliações de
1005 tempo curso. Como vocês avaliam esta questão?” Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da
1006 Silva disse: “Esta avaliação de seis anos pensamos exatamente porque será uma experiência
1007 nova para o programa, não pensamos deixar um tempo muito longo para começar a pensar estes
1008 instrumentos de avaliação para a gente possa acompanhar esta turma. Seis anos eu concordo que
1009 é pouco em termos de doutorado, mas já são três turmas de mestrado. Assim, já teremos algum
1010 parâmetro para começar este processo. É claro que daí há seis anos, quando tivermos a
1011 possibilidade de fazer esta avaliação, obviamente iremos projetar um tempo maior para as
1012 turmas de doutorado, por exemplo. A ideia é que a gente faça isso continuamente, e não uma
1013 única vez. Seis anos porque se tivermos a ideia de corrigir algum elemento do próprio processo
1014 nós poderemos fazer esta correção neste momento. Por isso o prazo de 6 anos.” Com a palavra,
1015 a aluna Jacqueline Moraes Teixeira disse: “Percebemos que neste tipo de política, por exemplo,

1016 para a graduação as avaliações são de 10 anos que se faz avaliação. Estes programas que
1017 passaram nos últimos três anos a implementar cotas, eles estipularam este período de seis anos
1018 que correspondem a três triênio da CAPES.” Com a palavra, o Presidente disse: “Depende o que
1019 se está avaliando, se é o funcionamento interno, a dinâmica de recrutamento, inserção; caso seja
1020 isso, é claro que o tempo curto é o tempo médio. A questão que o programa propõe é qual é o
1021 impacto na distribuição das desigualdades sócio-étnicas-raciais. A pergunta é: neste espaço de
1022 seis anos vocês conseguem fazer esta avaliação? Como sociólogo eu diria que o tempo é
1023 restrito. O que está em discussão aqui não é só a medida de justiça, é a medida de impacto que
1024 deve produzir justiça social. Não tenho nada contra vocês fazerem a avaliação em seis anos,
1025 mas não sei se ela alcança o objetivo do programa.” Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves
1026 da Silva disse: “Mas nada impede que a cada seis anos isso seja feito. Estamos colocando como
1027 horizonte uma primeira avaliação de seis anos, neste primeiro momento vamos fazer a avaliação
1028 internos dos procedimentos, procurar corrigir percursos. A partir daí estabelecer de fato uma
1029 periodicidade para fazer esta avaliação, por exemplo, dez anos seria uma medida adequada
1030 também, pois teríamos pelo menos duas turmas de doutorado. Ao longo deste período podemos
1031 ter elementos significativos, estatísticos até, para podermos fazer a avaliação. O que a gente não
1032 quer é dizer que estamos instituindo uma mudança no programa e esta mudança não tem
1033 nenhum mecanismo de auto avaliação e não se tem mecanismo de quando iremos rever a
1034 proposta. Por isso, estabelecemos que 6 anos seria um período adequado.”

1035 Com a palavra, o Prof. Paulo Roberto Arruda de Menezes disse: “Tenho duas dúvidas. A
1036 primeira é sobre a zona de passagem do 5 ao 6,99, ela vale para todo mundo ou só para os
1037 optantes? Do jeito que está escrito parece que vale para todo mundo. Isso cria uma zona grande
1038 de problemas. A segundo é que existe uma grande pressão da Reitoria sobre os programas para
1039 que eles unifiquem os sistemas de ingresso. No caso de vocês, a razão para isso é a questão
1040 jurídica envolvida ao se criar dois processos seletivos diferentes, e vocês estão criando dois
1041 processos seletivos no edital. Nas consultas que vocês fizeram com a Comissão de Normas, eles
1042 olharam isso com bons olhos, pois a pressão é justamente no sentido oposto?” Com a palavra, o
1043 Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “Em relação a esta questão do edital, por isso que serão
1044 dois editais, um edital para pessoas com deficiência e pessoas optantes negras, e um edital
1045 específico para indígenas. Esta foi a forma da gente não ter futuramente problemas de criar dois
1046 processos dentro do mesmo edital. Podemos, internamente, estabelecer uma série de situações
1047 como por exemplo a mesma banca ser acionada para um edital pode ser a mesma para o
1048 segundo edital. Esta ponderação é muito importante e tivemos este cuidado dos termos
1049 jurídicos. A outra questão é sobre a zona inteligibilidade. Nós, obviamente, estamos cientes que
1050 um candidato oriundo da escola pública que perfaz este perfil que focamos na inserção, ele vai

1051 ter dificuldades ou ele não vai ter no quesito mérito as mesmas condições que outros candidatos
1052 tiveram por uma própria história de vida. A ideia é dizer que temos um candidato, este de 5 a
1053 6,99, pelo qual achamos que vale a pena investir na formação profissional de pesquisa. É uma
1054 aposta que o programa faz num candidato que potencialmente possa render ao longo da sua
1055 carreira acadêmica na Universidade. Por isso devemos ter uma Comissão de acompanhamento
1056 que deve ser sensível a este grupo especialmente, deve formular políticas eficazes de
1057 acompanhamento para saber onde estas dificuldades estão sendo mais impactantes na sua
1058 formação de pesquisador e profissional. Apostamos que se este candidato tem potencial que não
1059 foi reprovado, pois a nota de reprovação é abaixo do 5. E há também questão inversa, o optante
1060 negro ou pessoa com deficiência que na sua inscrição se autodeclarou optante, caso ele tenha
1061 nota acima de 7, ele não entra nesta reserva de vagas dos 20%, ou seja, ela não é política que
1062 tem ponto cego sobre a questão da cor da pele, ela está muito mais interessada em cruzar estes
1063 marcadores sociais da diferença, como cor de pele e o fato de muito provavelmente vir de uma
1064 condição social mais precária. Estamos procurando este candidato.” Com a palavra, o Prof.
1065 Paulo Roberto Arruda de Menezes disse: “Estava conversando com um colega da UNB, um dos
1066 melhores programas de inclusão segundo eles, e a questão que ele colocava é que a UNB faz
1067 uma coisa que ninguém conseguiu fazer, só eles conseguiram, pois a política de inclusão não
1068 está só no ingresso. Eles possuem toda uma institucionalização de apoio ao aluno da ação
1069 afirmativa, criaram cursos especiais, apoios, tutorias, pois eles têm financiamento para fazer, as
1070 outras escolas não sei como estão fazendo, as Federais, fora Brasília, não têm verba para isso,
1071 por isso alguns outros programas naufragam porque se joga o aluno dentro e ele deve se virar,
1072 e muitas vezes ele não consegue se virar. Academicamente o que será dado de suporte para que
1073 este aluno 5 se transforme num bom aluno da pós-graduação, independente do seu próprio
1074 esforço? O esforço individual sempre separa uns dos outros, mas sabemos que para cada três
1075 que o esforço individual sobe, dez ficam lá parados no meio do caminho.” Com a palavra, o
1076 Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “A primeira coisa é que o aluno que entra nestas
1077 condições, ele vem de uma situação socioeconômica muito mais precária, ou seja, é
1078 fundamental que ele tenha bolsa, por isso estamos invertendo os critérios de distribuição de
1079 bolsas. Os alunos serão avaliados por critério socioeconômico, pesquisamos uma série de
1080 formulários, por exemplo, o COSEAS possui um formulário para definir este parâmetro.
1081 Teremos uma Comissão especial de bolsa que vai fazer esta avaliação dos alunos, a bolsa não
1082 será algo dado em junção dos critérios de seleção. Os alunos interessados na bolsa vão se
1083 inscrever, vão apresentar esta documentação, esta Comissão de bolsa vai avaliar a
1084 documentação e vai fornecer as bolsas para aqueles que mais precisam de bolsa. É ai que
1085 incidimos nos alunos desta faixa, alunos que historicamente vem destes seguimentos negros. A

1086 política de bolsas é fundamental. A segunda coisa é o que já está acontecendo na graduação,
1087 curso de leitura de texto acadêmico e redação de escrita acadêmica, precisamos ter isso na pós-
1088 graduação. Precisamos ter ações que esta Comissão de acompanhamento deve propor.
1089 Havíamos inicialmente colocado a busca de financiamento, mas retiramos isso da proposta
1090 porque não queríamos que ela ficasse ancorada na busca de um financiamento externo, pois isso
1091 pode ocorrer ou não, precisamos de mecanismos internos de financiamento destes alunos. Os
1092 programas Pró-Ex possuem certa independência de alocação de verbas, e nós achamos que
1093 uma forma de alocação de verba poderia muito bem ser para esta questão, ele pode servir para
1094 criar esta política. Pensamos em alunos de doutorado auxiliando alunos do mestrado. O grande
1095 desafio é colocarmos estes alunos para dentro e aí estas demandas serão naturais, ou seja, as
1096 pessoas com deficiência podem recorrer e dizer que não há acessibilidade em algum lugar da
1097 Faculdade. É na medida que eles estão na Universidade é que eles podem recorrer à USPLegal
1098 para dizer que aqui precisa disso e disso. O fato de colocarmos estes alunos tem fator
1099 impactante neste ponto de vista e obviamente do ponto de vista da diversidade dos nossos
1100 modelos teóricos e das nossas preocupações metodológicas. Estes alunos têm impacto
1101 interessante que as Universidades exteriores já perceberam e estão promovendo estas políticas
1102 não só pela questão da inclusão social, mas para sabem melhor conviver com a diversidade. Não
1103 estamos acostumados a pensar esta diversidade na prática e não na teoria, na teoria somos
1104 ótimos.” Com a palavra, a aluna Jacqueline Moraes Teixeira disse: “Gostaria de acrescentar que
1105 o documento que vem tramitando em todas as instâncias e que está aqui na Congregação, ele
1106 está muito menor do que o documento que tramitou na nossa CCP. Neste documento de 45
1107 páginas a gente incluía todas estas propostas que por serem propostas que podem ser decididas e
1108 negociadas na instância da nossa CCP, estes anexos todos não encaminharam a proposta que
1109 vocês estão recebendo hoje. O corpo discente de antropologia social se mobilizou muito na
1110 formulação desta proposta e para pensar em alternativas que se institucionalizem dentro do
1111 próprio programa e que podem envolver os discentes neste cuidado e na construção desta
1112 política, mesmo em meio à transitoriedade que a vida discente tem, pois uma hora se é
1113 doutorando e na outro você já foi embora. Nos preocupamos com isso, pensar uma estrutura que
1114 passe para além desta turma de estudantes que se envolveu muito na elaboração desta
1115 proposta.” Com a palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: “O programa tem ideia da
1116 demanda de indígenas, dos alunos negros? Esta demanda que vocês têm é de alunos da USP de
1117 Ciências Sociais ou de outros programas, vocês fizeram esta pesquisa?” Com a palavra, o Prof.
1118 Vagner Gonçalves da Silva disse: “Temos um dado interessante que é a elaboração destes
1119 seminários para a elaboração desta proposta. No próprio debate ficamos impressionados com a
1120 quantidade de pessoas que participaram do debate, pessoas interessadas em que houvesse

1121 política de inclusão. Como este debate tem sido feito já há algum tempo, recebemos e-mails de
1122 pessoas perguntando, índios, negros, se já havia sido implementada estas medidas. Em termos
1123 de demanda, é a coisa que mais tem, na medida em que se abre esta possibilidade. Não faz parte
1124 do leque de possibilidades de candidatos da periferia de estudar na USP, assim a reserva de
1125 vagas tem ações política importante, ela garante que este aluno seja atraído à Universidade,
1126 trazendo estes alunos a participar do processo seletivo. A demanda com certeza tem, isso não há
1127 dúvida.” Com a palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: “Qual é a quantidade de vagas?
1128 20% sobre quantas vagas?” Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: “Ai vai
1129 depender do número de vagas que programa abre por ano. Vamos supor: caso abra uma vaga
1130 por professor, teremos 23 vagas, 20% sobre estas 23 vagas. Não é um número grande se
1131 considerarmos as políticas de ação afirmativa das Universidades Federais que são baseadas no
1132 critério da população negra daquela localidade, ou seja, 50% para escola pública e dentro deste
1133 50% a divisão étnico-racial. O nosso programa está começando muito timidamente, mas
1134 achamos importante a gente ter uma referência abaixo da população negra do Estado de São
1135 Paulo para termos um certo controle melhor neste processo todo. A ideia é que na medida em
1136 que o programa tenha a sua experiência afirmada e o seu resultado positivo, possamos aumentar
1137 a oferta.” Após votação, a proposta foi **APROVADA**. Com a palavra, o Presidente disse:
1138 “Embora não tenha tido confirmação se aceitarão ou não o nosso documento no dia 27, de todo
1139 modo parece haver condições favoráveis. Eu questionarei junto ao Pró-Reitor de Graduação no
1140 sentido de que a nossa pauta estava sobrecarregada. E para não haver uma discussão sumária,
1141 sem densidade, optamos por fazer uma reunião extraordinário e nela o assunto volta à pauta
1142 quase como pauta única. Na reunião de 26 de março não haverá expediente, serão dois assuntos
1143 e eu vou estipular das horário, das 14 às 15:55 horas para discutir um assunto e das 16 às 17:55
1144 para discutir o segundo assunto. As pessoas devam vir preparadas para serem concisas e
1145 objetivas, nos permitindo tomar decisão.” 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA
1146 ACADÊMICA 1.1- O DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOLICITA A CONCESSÃO DO
1147 TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ
1148 JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. - 14.1.1643.8.3 A Congregação não atingiu o quórum
1149 mínimo para a votação deste item. 1.2- O DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA SOLICITA
1150 A CONCESSÃO DO TÍTULO DE PROFESSORA EMÉRITA DA FACULDADE À
1151 PROFESSORA DOUTORA DIANA LUZ PESSOA DE BARROS. - 14.1.3805.8.0 A
1152 Congregação não atingiu o quórum mínimo para a votação deste item. 1.3- O
1153 DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA SOLICITA A CONCESSÃO DO TÍTULO DE
1154 PROFESSORA EMÉRITA DA FACULDADE À PROFESSORA DOUTORA MARILENA
1155 DE SOUZA CHAUI. - 15.1.695.8.0 (LEMBRANDO QUE OS ITENS 1.1, 1.2 E 1.3 SERÃO

1156 VOTADOS, SE HOUVER, NO MÍNIMO 68 MEMBROS PARA ATENDER AO DISPOSTO
1157 NO ARTIGO 93 DO ESTATUTO DA USP: " - A Universidade e as Unidades poderão
1158 conceder o título de Professor Emérito a seus professores aposentados que se hajam distinguido
1159 por atividades didáticas e de pesquisa ou contribuído, de modo notável, para o progresso da
1160 Universidade" E "Parágrafo Único - A concessão do título dependerá de aprovação de dois
1161 terços respectivamente, dos componentes do Conselho Universitário ou das Congregações"). A
1162 Congregação não atingiu o quórum mínimo para a votação deste item. 1.4- FORMAS
1163 ALTERNATIVAS DE INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA USP (v. anexo
1164 propostas recebidas) Após votação, foi **APROVADO** adiar a discussão para a Congregação
1165 extraordinária do dia 26/03/15. 1.5- DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DA CONGREGAÇÃO
1166 PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS PARA O QUADRO DOCENTE Indicação dos
1167 Departamentos: DLM: João Azenha Júnior (titular) e Álvaro Silveira Faleiros (suplente) DA:
1168 Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva DLO: Mona Mohamad Hawi e Lusine Yeghiazaryan DLCV
1169 = Paulo Martins DTLCC: Marcelo Pen Após votação, as indicações foram **APROVADAS**. 1.6-
1170 RECOMPOSIÇÃO DE COMISSÃO TRIPARTITE - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DA
1171 USP - ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA USP Com a palavra, o Presidente
1172 disse: “Tínhamos uma Comissão, aprovada por esta Congregação, composta pelo professor
1173 Cícero, aluno Inauê Monteiro de Almeida e a funcionária Marcia Regina Gomes Staacks.
1174 Segundo o Cícero, esta Comissão necessita da indicação de um aluno e de um funcionário.” Os
1175 alunos representantes indicaram o aluno Guilherme Nishio – Ciências Sociais. Os funcionários
1176 indicaram a funcionária Giovanna Mara Mendonça Usai. 2 - COMISSÃO DE PÓS-
1177 GRADUAÇÃO - (Votação aberta, sem prejuízo de pedidos de destaque) 2.2- PROPOSTA DE
1178 ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
1179 TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA - referente ao Item II - Processo
1180 Seletivo e IV - Créditos Mínimos e XII - Procedimentos para depósito da Dissertação e Tese.
1181 Após votação, o item foi **APROVADO**. 2.3- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO
1182 REGULAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA -
1183 ÁREA GEOGRAFIA FÍSICA - referente ao Item IV - Créditos Mínimos. Após votação, o item
1184 foi **APROVADO**. 3 - RELATÓRIO FINAL - CONCURSO DOCENTE (VOTAÇÃO
1185 SISTEMA) 3.1- CONCURSO - DOUTOR DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA ÁREA DE
1186 SENSORIAMENTO REMOTO APLICADO À GEOGRAFIA/CARTOGRAFIA TEMÁTICA
1187 CANDIDATO APROVADO E INDICADO: FERNANDO SHINJI KAWAKUBO
1188 REALIZAÇÃO DO CONCURSO: 23 A 26/02/2015 - Proc. 14.1.2284.8.7 Após votação, o
1189 relatório final foi **APROVADO** por 45 votos favoráveis. 4 - INGRESSO NO PROGRAMA DE
1190 PROFESSOR SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque). 4.1- O

1191 Professor Doutor LUIZ DAGOBERT DE AGUIRRA RONCARI encaminha pedido de ingresso
 1192 de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Clássicas
 1193 e Vernáculos - Proc. 15.1.734.8.6 4.2- O Professor Doutor RENATO JANINE RIBEIRO
 1194 encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
 1195 Departamento de Filosofia - Proc. 13.1.1696.8.9 4.3- O Professor Doutor LUIZ HENRIQUE
 1196 LOPES DOS SANTOS encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
 1197 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia - Proc. 13.1.1022.8.8. 4.4- A Professora
 1198 Doutora SANDRA MARIA SILVA PALOMO encaminha pedido de renovação de sua
 1199 participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais. -
 1200 Proc. 13.1.1135.8.7. 4.5- A Professora Doutora REGINA MARIA SALGADO CAMPOS
 1201 encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
 1202 Departamento de Letras Modernas. - Proc. 12.1.2979.8.3. 4.6- O Professor Doutor MARIO
 1203 BRUNO SPROVIERO encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
 1204 Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais. - Proc. 10.1.5203.8.4. 4.7- A
 1205 Professora Doutora MARILENA DE SOUZA CHAUI encaminha pedido de renovação de sua
 1206 participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. - Proc.
 1207 13.1.1024.8.0. 4.8- A Professora Doutora OLGÁRIA CHAIN FERES MATOS encaminha
 1208 pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
 1209 Departamento de Filosofia - Proc. 13.1.1020.8.5. 4.9- A Professora Doutora SCARLETT
 1210 ZERBETTO MARTON encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
 1211 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia - Proc. 13.1.1697.8.5. 4.10- O Professor
 1212 Doutor LEON KOSSOVITCH encaminha pedido de renovação de sua participação no
 1213 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia - Proc. 13.1.1023.8.4 4.11- O
 1214 Professor Doutor VICTOR KNOLL encaminha pedido de renovação de sua participação no
 1215 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. - Proc. 13.1.1021.8.1. Após
 1216 votação, os pedidos foram **APROVADOS. III - ADITAMENTO 1 - QUESTÕES**
 1217 **TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA** 1.1- Recomposição da Comissão Tripartite - Plano
 1218 Anual de Aplicação da Parcela para Custos de Infraestrutura Institucional para Pesquisa -
 1219 FAPESP 2014/2015. Com a palavra, o Presidente disse: “A Comissão é composta pelo
 1220 professor Brasília, mas não há mais representante discente e representante dos funcionários.
 1221 Gostaria de consultar esta Congregação pelo seguinte: ao longo de todos estes anos, a
 1222 funcionária Marie, ela que não é mais representante dos funcionários na Congregação, teve
 1223 papel muito importante e conhece toda a mecânica da FAPESP e acho que ela deveria
 1224 permanecer pelo menos como consultora desta Comissão. Ela ajuda bastante, tem acesso fácil
 1225 na FAPESP e teve treinamento com eles. Pelos para este ano de 2014/2015 que envolve volume

1226 razoavelmente grande.” Com a palavra, a funcionária Giovanna Mara Mendonça Usai disse:
1227 “Precisamos consultar os funcionários. Na próxima reunião que tivermos veremos este ponto.”
1228 Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Ela não poderia fazer parte como
1229 representante dos funcionários, mas ela poderia como consultora da Comissão. Isso é outra
1230 história.” Com a palavra, o Presidente disse: “Acho que a posição mais adequada é convidá-la
1231 como consultora desta Comissão, e ter outro membro na representação dos funcionários.
1232 Precisamos votar hoje, pois temos que ter uma proposta para ser examinada nesta Congregação
1233 na própria Congregação ordinária. O recurso está lá e nós estamos precisando deste recurso.
1234 Quanto mais demorar, pior.” Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Caso
1235 tomarmos esta decisão, esta decisão não é dos funcionários, estes vão decidir sobre o seu
1236 representante, a Congregação decidiria se a Marie será consultora da Comissão.” Com a
1237 palavra, a funcionária Giovanna Mara Mendonça Usai disse: “Deste modo, não temos nenhuma
1238 oposição.” Os representantes dos alunos indicaram a aluna Jacqueline Moraes Teixeira. Os
1239 representantes dos funcionários indicaram o funcionário João Carlos Borghi Nascimento
1240 Bruder. A funcionária Marie Marcia Pedroso foi indicada como consultora da Comissão. Após
1241 votação, o item foi **APROVADO**. 2 - INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR
1242 SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque). 2.1- O Prof. Dr.
1243 JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI encaminha pedido de ingresso de sua participação
1244 no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Antropologia. - Proc. 15.1.965.8.8.
1245 2.2- A Profa. Dra. PAULA MONTERO encaminha pedido de renovação de sua participação no
1246 Programa Sênior junto ao Departamento de Antropologia. - Proc. 13.1.743.8.3. Após votação,
1247 os itens foram **APROVADOS**. Com a palavra, o Presidente disse: “Tenho mais dois últimos
1248 assuntos. O professor Brasília e outros estão propondo uma manifestação desta Congregação
1249 em relação ao questionário da avaliação. Vou ler o texto: ‘A Congregação da FFLCH, reunida
1250 em 19/03/2015, protesta com veemência em relação à forma atual do processo de avaliação
1251 institucional conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA). O questionário
1252 encaminhado para os departamentos e unidades consta de 105 questões que exigem, de forma
1253 geral, respostas complexas e extensas. Isso demandará em cada unidade, a participação intensa
1254 de vários docentes, o que resultará, provavelmente, em relatórios com mais de 100 páginas cada
1255 um, em português e em inglês. No conjunto, a CPA receberá provavelmente mais de 20 mil
1256 páginas de relatórios de auto avaliação, o que dificilmente pode se considerar factível para
1257 absorção. Além de dificuldades extremas para a confecção e aproveitamento dos relatórios,
1258 enfatizamos que o conteúdo demandado dos departamentos diverge em grande medida, dos
1259 conteúdos presentes nos relatórios do período anterior de avaliação (2005-2009), o que os torna
1260 incomparáveis, prejudicando qualquer exame dos eventuais progressos alcançados. Tendo isso

1261 em vista, e no melhor interesse do processo de avaliação da USP, a Congregação da FFLCH
1262 propõe que a CPA substitua o atual questionário pelo utilizado na auto avaliação de 2005-
1263 2009.'. Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse: "Eu entendi que além de
1264 perguntar sobre a possibilidade de substituição, nós proporíamos a substituição tão
1265 enfaticamente quanto criticaríamos, pois eles vão dizer não." Com a palavra, o Presidente disse:
1266 "Acho que aqui o argumento forte é o argumento da comparabilidade." Com a palavra, a Profa.
1267 Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer disse: "A gente proporia a consideração do modelo anterior,
1268 tendo em vista a comparabilidade." Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: "No
1269 fundo a diferença é o processo que deduzimos da comparabilidade. Uma coisa é dizer que eles
1270 são incomparáveis e portanto queremos que volte o anterior. Outra coisa é dizer que são
1271 incomparáveis e, independente ou não de ser adotado pelo CPA, nós iríamos adotar. Vamos
1272 fazer a auto avaliação que o Conselho Estatual pede, mas não esta, vamos fazer com base na
1273 avaliação anterior. Se a CPA adotar a proposta feita, ótimo. O que me lembro que acabamos
1274 concluindo é que independente disso, nós adotaríamos a postura política de fazer a auto
1275 avaliação independente do questionário atual, qualquer que seja a decisão tomada pela CPA." Com a
1276 palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: "Acho que ficar tudo centrado neste
1277 argumento da extensão, da quantidade de páginas, acho perigoso pelo seguinte: os formulários
1278 possuem um limite de caracteres. Eu consultei e eles são de 3 mil caracteres. De qualquer modo,
1279 em cima daquele tipo de pergunta, os Departamentos grandes, como o nosso, com 11 áreas, não
1280 há sentido 3 mil caracteres, não vamos responder nada." Com a palavra, o Prof. Roberto
1281 Bolzani Filho disse: "O Brasília coloca lá, o problema que são incomensuráveis a avaliação
1282 anterior e a atual. Que avaliação é esta? Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore
1283 Schritzmeyer disse: "Para arrumar é só mudar o final." A redação final da moção ficou como
1284 segue: A Congregação da FFLCH, reunida em 19/03/2015, protesta com veemência em relação
1285 à forma atual do processo de avaliação institucional conduzida pela Comissão Permanente de
1286 Avaliação (CPA). O questionário encaminhado para os departamentos e unidades consta de 105
1287 questões que exigem, de forma geral, respostas complexas e extensas. Isso demandará em cada
1288 unidade, a participação intensa de vários docentes, o que resultará, provavelmente, em relatórios
1289 com mais de 100 páginas cada um, em português e em inglês. No conjunto, a CPA receberá
1290 provavelmente mais de 20 mil páginas de relatórios de auto avaliação, o que dificilmente pode
1291 se considerar factível para absorção. Além de dificuldades extremas para a confecção e
1292 aproveitamento dos relatórios, enfatizamos que o conteúdo demandado dos departamentos
1293 diverge em grande medida, dos conteúdos presentes nos relatórios do período anterior de
1294 avaliação (2005-2009), o que os torna incomparáveis, prejudicando qualquer exame dos
1295 eventuais progressos alcançados. Tendo isso em vista, e no melhor interesse do processo de

1296 avaliação da USP, a Congregação da FFLCH propõe que a CPA substitua o atual questionário
1297 pelo utilizado na auto avaliação de 2005-2009, medida que será adotada nesta Unidade. Após
1298 votação, a moção foi **APROVADA**. Com a palavra, o Presidente disse: “Temos agora a moção
1299 sobre as creches. Tenho o texto encaminhado pelos funcionários, ela diz: ‘A Congregação da
1300 FFLCH da USP, em reunião ordinária de 19/03, vem manifestar o seu repúdio ao fechamento
1301 sumário de 141 vagas das creches da USP, surpreendendo e deixando sem atendimento dezenas
1302 de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, resultado da falta de funcionários agravado pela
1303 implementação do PIDV.’. Chegou aqui na mesa a moção feita pela Faculdade de Educação.
1304 Vale a pena ler, pois a moção da Faculdade de Educação está em tom acadêmico. Vou ler: ‘A
1305 Faculdade de Educação da USP (FEUSP) tomou conhecimento, inicialmente por meio das pelas
1306 redes sociais e de profissionais das Creches/Pré-Escolas da USP e, posteriormente, pela mídia
1307 impressa e digital, que a Universidade suspendeu, no início de 2015, o ingresso de novas
1308 crianças em suas creches, sem qualquer aviso prévio ou proposta de reestruturação das
1309 atividades dessas unidades de Educação Infantil. A abertura de matrículas foi cancelada no fim
1310 de janeiro, segundo informações vinculadas pelo SAS, após adesão acima do previsto de
1311 funcionários das creches ao plano de demissão voluntária (PIDV) da USP, informação que foi
1312 confrontada pelos profissionais das creches em suas Associações e em depoimentos à imprensa.
1313 As creches/pré-escolas da USP – três na capital, uma em São Carlos e outra em Ribeirão Preto –
1314 atendem 580 crianças, filhos de professores, funcionários e alunos da Universidade. A
1315 existência desses espaços na Universidade evidencia a valorização dessa etapa da escolarização
1316 como direito das crianças e de seus pais e mães, professores e professoras, funcionários e
1317 estudantes da USP. É também uma das mais relevantes ações de permanência estudantil a
1318 alunos e alunas da Graduação e da Pós-Graduação. Além disso, as creches constituem um
1319 importante campo de investigação para as pesquisas desenvolvidas na Pós-graduação da FEUSP
1320 e outras Faculdades e Institutos da USP, bem como em outras instituições de ensino. Ressalta-se
1321 também seu lugar de referência aos profissionais de educação infantil que frequentemente
1322 buscam subsídios para incrementar sua atuação, o que evidencia seu importante trabalho de
1323 extensão universitária. As Creches/Pré-Escolas da USP compõem um espaço profícuo para a
1324 formação de professores e demais profissionais da Educação infantil e mesmo de outros
1325 segmentos e áreas. No caso específico da FEUSP, há o desenvolvimento de inúmeras parcerias
1326 com as Creches/Pré-Escolas por meio de estágios curriculares, e da participação das
1327 profissionais das Creches/Pré-Escolas nos cursos de graduação e pós-graduação, ministrando
1328 palestras e oficinas sobre o trabalho pedagógico que desenvolvem. Destaca-se, também, o
1329 trabalho de discussão e articulação política entre FEUSP e as Creches no que se refere à
1330 situação profissional dos educadores na Universidade. Com o cancelamento das matrículas,

1331 entre 120 e 150 vagas foram suspensas, em sua maior parte para os grupos de crianças menores.
1332 Esta medida ocasionará lacunas no desenvolvimento dos processos educativos nessas Unidades
1333 de Educação infantil, dada a ausência de crianças em grupos etários específicos. A não abertura
1334 de vagas nas creches da USP significa uma perda inestimável para as crianças que iriam
1335 ingressar e para as que já estão lá. Significa, ainda, no que concerne à FEUSP e demais
1336 Faculdade e Institutos de Pesquisa e de Formação Docente da USP e de outras instituições, a
1337 perda de um espaço crucial de formação de atuais e futuros educadores e pesquisadores. A
1338 postura de silêncio por parte da SAS (Assistência Social) e da própria Reitoria da USP sobre o
1339 procedimento do cancelamento de vagas e sobre o desdobramento dessa ação, é, desse modo,
1340 preocupante e inaceitável. Assim, considerando-se o reconhecimento do direito da criança e da
1341 família à educação infantil e a relevância das creches/pré-escolas como importante lugar para o
1342 desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão, a Faculdade de Educação da USP, por meio de
1343 sua Congregação expressa sua profunda preocupação com as medidas recentes e solicita a
1344 imediata reabertura das vagas para o devido acolhimento das crianças que a elas têm direito e a
1345 contratação de novos funcionários para que mantenham o trabalho de excelência realizado nas
1346 Creches/Pré-Escolas, em consonância com o que é preconizado pela Universidade de São
1347 Paulo.’. A proposta seria, neste caso, subscrever e apoiar a moção da FEUSP. Ela ficaria assim:
1348 ‘A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
1349 Paulo endossa em seu inteiro teor os termos da moção da Faculdade de Educação e reitera o
1350 pedido ao Magnífico Reitor para que reveja a medida que resultou no cancelamento de mais de
1351 uma centena de vagas nas creches dos campi da USP.’. Após votação, a moção foi
1352 **APROVADA**. Com a palavra, o Presidente disse: “Gostaria de dizer que nenhuma das três
1353 indicações para professor emérito teve o coro necessário para aprovação.” E, para constar, eu,
1354 Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a
1355 presente ata que assino juntamente com o Senhor Presidente. São Paulo, 19 de março de 2015.